

PLANO PARTICIPATIVO DE GOVERNO

A SANTOS QUE A GENTE QUER NO FUTURO

COLIGAÇÃO A SANTOS QUE A GENTE QUER



Telma



A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

COLIGAÇÃO “A SANTOS QUE A GENTE QUER”

COMPROMISSO, por Telma de Souza – Prefeita e Márcio Aurélio – Vice-prefeito.....	2 e 3
EDUCAÇÃO.....	4 a 7
SAÚDE.....	8 a 13
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	14 a 19
DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA.....	20 a 24
CULTURA.....	26 a 32
ESPORTES E LAZER.....	33 a 35
MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE.....	36 a 39
PORTO.....	40 a 43
TURISMO.....	44 a 46
COMUNICAÇÃO.....	47 a 51
GARANTIA DE DIREITOS (Mulheres, Diversidade, Juventude, Combate ao Racismo, Longevidade e PCD)	52 a 73
FUNCIONALISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	74 a 77
MORADIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	78 a 83
MEIO AMBIENTE E CRISE CLIMÁTICA.....	84 a 94
ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	95 a 99
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/ GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA/EMPREENDEDORISMO.....	100 a 105
FINANÇAS E GESTÃO/AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES.....	106 a 108
BEM-ESTAR ANIMAL.....	109 a 111
METROPOLIZAÇÃO.....	112 a 114
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COORDENAÇÃO.....	115
ANEXO.....	116 a 118

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

Santos tem potencial para ser bem melhor, mais solidária, inclusiva, com serviços públicos eficientes e com toda a sua população usufruindo do seu desenvolvimento. Uma Cidade moderna, que promova desenvolvimento sustentável, respeite o meio ambiente e se prepare para os impactos da mudança climática, que possa diversificar a sua economia ao mesmo tempo em que combate às desigualdades sociais. Essa Cidade é possível!

A Santos que a gente quer no futuro começa agora. É o momento de enfrentar os desafios, eliminando os problemas que afetam o dia a dia das pessoas, como os da Saúde, que sofre com demora para consultas com especialistas, com a longa espera para exames e com cirurgias que podem levar anos para acontecer. Também requer encarar os problemas estruturais da Educação, e, acima de tudo, torná-la emancipadora, ensinando os estudantes a pensar e serem protagonistas na sociedade, preparados para os novos tempos e conceitos, como Educação Midiática, Financeira, Empreendedorismo, Mudanças Climáticas, Tolerância, Respeito e Cidadania.

Precisamos ter projetos exequíveis e que respeitem o meio ambiente, para acabar com a falta de moradia e com a maior concentração de pessoas sobre palafitas do Mundo. Devemos enfrentar e zerar o problema das pessoas em situação de rua, com ações que restabeleçam a dignidade e as reinsira no mercado de trabalho. Soluções existem!

Os santistas não aceitam mais obras mal planejadas e um transporte público caro e ineficiente. Por isso, assumimos o compromisso de implantar a Tarifa Zero no transporte

coletivo e de instituir uma nova lógica de Segurança Pública, preventiva, que respeite os direitos das pessoas e dialogando com as forças policiais para a construção de uma cultura de paz.

Santos tem possibilidade de ter um desenvolvimento econômico ainda mais forte. Para isso, é urgente aumentar as oportunidades de expansão da atividade portuária, com novos empreendimentos como a Zona de Processamento de Exportação (ZPE). É viável ampliar as possibilidades da Economia Criativa, estreitando a vocação santista na Gastronomia, Cultura, Comunicação, Cinema, Design, Moda, entre tantas outras. A Cidade que queremos é aquela que vai qualificar o turismo de lazer e de negócios. E, claro, entrar de vez na Era Digital, tendo a Tecnologia como um vetor de desenvolvimento da economia local, gerando trabalho e renda no desenvolvimento de startups, softwares, aplicativos, games, entre outros.

Com orçamento superior a R\$ 5 bilhões, é fundamental que as riquezas sejam assimiladas por todos os santistas. Dinheiro há para isso e urge promover uma gestão transparente e eficiente, adotando as mais arrojadas ferramentas, como o ESG (Environmental, Social and Governance, em português Ambiental, Social e Governança).

Essas propostas têm capacidade de fixar os nossos jovens, inserir todos os perfis na economia, garantir serviços públicos de qualidade, atrair investimentos e empregos qualificados, com a missão de combater a pobreza.

A hora chegou e Santos merece reocupar o seu lugar de vanguarda. Com apoio irrestrito do Presidente Lula, a Coligação *A Santos que a gente quer* oferece um novo modelo de cidade: moderna, inclusiva, solidária e democrática.

Vamos fazer tudo de novo?

Telma de Souza

Prefeita - PT

Márcio Aurélio

Vice-prefeito - PDT

A SANTOS QUE A GENTE QUER NO FUTURO

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

EDUCAÇÃO

A Educação de Santos já foi referência nas duas administrações lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, tendo à frente a prefeita Telma de Souza, e o seu sucessor, David Capistrano, quando o Município obteve feitos inéditos, como a universalização do acesso à rede pública, alcançando o índice de 11 anos de escolaridade, um dos maiores do Mundo. Foi nesse período que Santos garantiu reconhecimento internacional pela eliminação da espera por vagas na creche e pré-escola, cujas filas foram zeradas; e na Educação Básica, chegando a 40 escolas municipais. Tudo isso, somado à valorização dos professores e das equipes escolares, fez Santos conquistar, pela primeira vez, o título de Cidade Amiga da Criança e, por consequência, Telma, como Prefeita Amiga da Criança.

Passados quase 30 anos do fim dessa administração (1989-1996), a Educação de Santos hoje está sucateada, com problemas estruturais nas unidades de ensino, disparidade tecnológica entre as escolas mais antigas e novas, ausência de Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros (AVCB) em grande parte das edificações, colocando alunos e docentes em risco, falta de segurança, e uma relação problemática entre os estudantes e a comunidade escolar.

É preciso enfrentar os desafios da Educação. Uma nova proposta é urgente, moderna e sintonizada com as demandas atuais da sociedade, entre o sistema de ensino e os novos parâmetros e currículos do setor.

A escola pode e deve ser um local de experiências e conhecimento. Educação Midiática, Educação Financeira, Empreendedorismo, conscientização sobre o papel de cada cidadão para os efeitos do aquecimento global, enfrentamento às violências de todas as ordens e implantação de uma cultura de paz, são alguns dos temas que a escola do futuro de Santos deverá implementar.

A seguir, propostas da *Coligação A Santos* que a gente quer para a EDUCAÇÃO:

- **Fixar professores em unidades de ensino, de modo a mantê-los próximos das suas residências e, especialmente, criando uma relação de confiança duradoura entre os estudantes, os docentes e a comunidade escolar;**
- **Climatização de todas as unidades educacionais do Município, da pré-escola ao Ensino Médio e ao EJA – Ensino de Jovens e Adultos. Há recursos para tal e, além disso, a possibilidade de parcerias, por exemplo através dos TRIMMCs;**
- **Inserir de fato no currículo escolar, além das disciplinas tradicionais, o ensino de temas da atualidade, como Educação Midiática, Crise Climática e seus impactos, qualificação para o empreendedorismo, direitos da população e Planejamento Econômico;**
- **Instituir um programa de saúde mental e de enfrentamento à violência em todas as escolas, associado à criação de núcleos de justiça restaurativa, visando à criação de um ambiente respeitoso e de paz;**

- **Implantar 100% da Merenda Orgânica nas escolas, atendendo a lei nº 3.847/2021, de autoria da Telma, e que obriga a inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar da rede pública municipal de ensino;**
- **Garantir a aplicação da Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, de zero a seis anos, de forma intersetorial, envolvendo todas as secretarias correlacionadas, assegurando prioridade e respeito à individualidade de todas as crianças, com capacitação para toda a rede e estímulo ao fortalecimento de vínculos;**
- Constituição de grupo de estudos sobre Financiamento da Educação com vistas a transformar a Secretaria da Educação em Unidade Orçamentária e gestora dos recursos da educação e de análise crítica sobre quais têm sido os investimentos e em que setores/ações com descentralização de recursos às escolas mediante apresentação de projetos;
- Resgate do Programa Toda criança na Escola, com realização de um censo escolar (análise dos últimos censos) e retorno das crianças e jovens fora da escola e identificando os analfabetos para inclusão no programa;
- Garantia de vagas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais e com parceria com o governo estadual para os anos finais e para o Ensino Médio;
- Estabelecimento de diligências junto ao governo federal para ampliação de vagas da UNIFESP com instalação de novo campus e instalação de Instituto Federal;
- Reformulação e ampliação do Programa de Educação Integral com professores atuando em todo currículo escolar;
- Implantação de um Programa de reestruturação dos espaços das escolas e dos espaços da cidade considerando a relevância dos territórios e escolas;
- Revitalização do conceito “Cidade Educadora” com a implementação de ações assertivas de formação aos estudantes da cidade e de Programa de Escola Inclusiva;
- Discussão e criação de um Programa de Educação de Jovens e Adultos incluindo a erradicação do analfabetismo;

- Fortalecimento da gestão democrática na educação da cidade com o compromisso da não privatização, o retorno das Conferências Municipais de Educação visando ampla participação, fortalecimento dos Conselhos do FUNDEB, da Merenda Escolar, do Conselho Municipal de Educação com representativa de segmentos diversos da sociedade, fortalecimento dos Conselhos de Escola com participação da comunidade escolar, Conselhos de ano e dos Grêmios Estudantis com participação e o veto à militarização das escolas;
- Elaboração de um programa de formação continuada para todos os profissionais da rede municipal de educação com abertura de participação aos educadores da rede estadual, elaborado a partir de sugestões da própria rede e da secretaria municipal de educação e em parceria com universidades públicas;
- Garantia de merenda com alimentação saudável, com a inclusão de alimentos orgânicos nos termos da Política de Alimentação Escolar;
- Discussão e ajustes ao currículo escolar santista;
- Capacitar e incrementar o processo de trabalho de toda a comunidade escolar para atender às necessidades de alunos com deficiência;
- Disponibilizar livros em braille, audiolivros e tecnologias de apoio;
- Incluir as temáticas Antimanicomial e Anticapacitista nas disciplinas relacionadas e promoção de atividades focadas em saúde mental, bem-estar emocional e habilidades socioemocionais no currículo escolar;
- Criar espaços para formação contínua em saúde mental e abordar questões relacionadas ao sofrimento psíquico no ambiente escolar;
- Implementar programas de conscientização para toda a população santista na perspectiva anticapacitista e antimanicomial, promovendo os direitos das PCDs e contra todas as formas de preconceito.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 trouxe diversos atores sociais, possibilitando uma grande participação popular na elaboração de propostas. Na Saúde, essa possibilidade foi fundamental, garantindo a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS, uma das grandes conquistas dos brasileiros, senão a maior delas, por ter como premissa o acesso à saúde a toda a população, em especial para pessoas que sempre estiveram à margem de qualquer tipo de atendimento médico-hospitalar, seja ele preventivo ou assistencial.

Em Santos, o SUS iniciou sua implantação sob o governo de Telma de Souza, tendo à frente o seu secretário de Saúde, David Capistrano, e seu sucessor na liderança do governo municipal. Em suas gestões, a Cidade se tornou referência internacional, por instituir um modelo humanitário, comunitário e amplo de cuidado à saúde. De lá para cá, a Saúde de Santos vem sendo precarizada, ainda que tenha surgido a ampliação da sua rede, muito disso pelas políticas de saúde dos governos do PT em nível nacional, iniciadas nos primeiros governos do presidente Lula.

Os equipamentos de saúde foram transferidos, em grande parte, para organizações sociais, as chamadas OSs, que assumiram a execução dos serviços, e, quando não são

bem geridas, tornam-se caras, ineficientes e com baixa possibilidade de controle social, como acontece em Santos. O resultado disso é o que a população mais reclama: a demora para consultas com especialistas e para marcação de exames, a espera e a luta para início de tratamentos, especialmente de câncer, e para cirurgias eletivas. O último relatório divulgado pela Prefeitura, há mais de quatro anos, por insistência de Telma quanto vereadora e presidente da Comissão de Saúde da Câmara, apontou que há espera por até quatro anos para algumas especialidades.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a SAÚDE:

- Valorizar o SUS como política pública e conquista da população brasileira, como indutor de uma população saudável em todas as áreas e redutor das desigualdades;
- Valorizar a Atenção Primária à Saúde (APS), primeiro nível de atenção em saúde, englobando um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo, para prevenir problemas de saúde da população, evitando ainda que haja necessidade de atendimentos especializados, que vão demandar mais recursos públicos. A APS abrange a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, visando desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades;
- Incrementar e integrar a APS profundamente nos territórios, fortalecendo o caráter de porta de entrada na rede de assistência à saúde e seu papel fundamental de promoção, prevenção, diagnóstico precoce de agravos e tratamento;

- **Credenciar e habilitar os Centros de Atenção Psicossociais Infantojuvenis (CAPSi) junto ao Ministério da Saúde para o fortalecimento da rede de atenção psicossocial para infância e adolescência;**
- **Integrar a Gestão Autônoma da Medicação no cuidado em saúde mental ofertado no município, principalmente nos CAPS e CAPS IJ;**
- **Acabar com as filas para exames especializados, cirurgias e internações na Atenção Especializada, Exames Complementares e Cirurgia;**
- **Disponibilizar a Telemedicina para garantir consultas de forma rápida;**
- **Implantar o Programa No Mesmo Dia, para consultas com especialistas e realização de exames em um único dia, reduzindo a angústia do paciente e possibilitando maior resolutividade e maior expectativa de vida;**
- **Posicionar politicamente o governo municipal como defensor da mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constituição 95, que limitam o SUS e impedem sua melhoria;**
- Investir na APS, como porta de entrada do SUS e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde do SUS, orientando-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade.
- Reforçar a Estratégia de Saúde da Família (ESF) para serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades de Saúde da Família (USF), oferecendo consultas, exames, vacinas, radiografias, entre outros procedimentos.
- Implementar a Telemedicina para a Saúde do Idoso com intervenções que melhorem a saúde e bem-estar dessa faixa etária, cuja taxa de mortalidade é de 38,2 óbitos por 1000 habitantes. As principais causas de mortalidade incluem doenças crônicas e problemas agudos decorrentes de causas externas, como atropelamentos e quedas, o que demanda políticas de prevenção e promoção da saúde;
- Realizar campanhas educativas e melhorias na infraestrutura para a prevenção de quedas, fortalecimento dos serviços de saúde domiciliar com capacitação de

profissionais, estabelecimento de diretrizes de qualidade e inspeções regulares em Instituições de Longa Permanência (ILPIs), e a implementação e conscientização do uso da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa;

- Para a Saúde da Mulher, pretende-se estabelecer todos os procedimentos com intuito de reduzir os índices de risco, tanto para a mulher como para o neném; estabelecer políticas públicas de prevenção à gravidez precoce, com métodos contraceptivos modernos; reforçar a Saúde preventiva da mulher; distribuir gratuitamente insumos menstruais para mulheres em situação de vulnerabilidade; vacinação universal contra o HPV; e eficiência em Procedimentos Ginecológicos;
- Garantir a participação da Saúde na intersetorialidade da Política Municipal de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância;
- Organizar toda a Rede de Atenção Psicossocial, tratando a Saúde Mental como direito para garantir cuidado integral e em liberdade. A organização da Rede, por demandas por faixa etária, possibilitará democratizar a gestão e garantir o controle social, além de promover especialização da Rede SAMU, para atendimento dos pacientes;
- Na Saúde Integral da População Negra, estabelecer os princípios da integralidade, equidade, universalidade e participação social, cumprindo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) através da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009, instituída pelo Governo Lula, e realizar formação permanente aos profissionais de todas as Unidades Municipais de Saúde com o aporte da Estratégia Antirracista para a Saúde (Portaria 2.198/2023 do Ministério da Saúde);
- Criar um ambulatório de saúde da população negra;
- Realizar diagnóstico do quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde no início de 2025, com vistas a promover ações administrativas no sentido de superar o déficit;
- No Programa Consultório na Rua, desenvolver políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais focadas às pessoas em situação de rua;

- Retomar o pioneirismo de Santos no controle inovador e exemplar das doenças infectocontagiosas como HIV, hepatites virais, tuberculose, dengue e sífilis dentre outras. Priorizar medidas que envolvam todas as secretarias, as universidades, as ONGs e o setor privado para melhoria de indicadores hoje inaceitáveis na cidade de Santos (Sífilis, Tuberculose, e dengue entre outras), e estabelecer metas de cumprimento destas medidas, reduzindo estes indicadores a níveis aceitáveis;
- Montar uma Equipe de Preparação que fará planejamento de como enfrentar catástrofes e pandemias como as de COVID 19, dengue e outras que poderão estar por vir Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica;
- Estabelecer políticas públicas para doenças raras e câncer;
- Com relação a Controle Social, o SUS local deve organizar as ações e serviços de modo descentralizado e com direção única em cada esfera de governo, além das diretrizes de atendimento integral e participação da comunidade. É dever da gestão municipal de saúde trabalhar e promover os meios para que essa participação aconteça de maneira simples e que a opinião das pessoas seja valorizada em toda a linha de cuidado. Envolvendo, Usuários, Trabalhadores e Profissionais de Saúde;
- Propor a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santos (FAPS), com destino de 0,5% do orçamento do Município, para estimular a pesquisa e a produção de conhecimento de Saúde as universidades de Santos;
- Nos equipamentos gerenciados pela iniciativa privada, garantir a presença efetiva do poder público local na prestação direta das ações e cumprimento do papel da APS como porta de entrada para o sistema e coordenadora de cuidados;
- Criar mecanismos sólidos de articulação da atenção primária com o restante da Rede de Atenção à Saúde (RAS), através da regulação do acesso aos serviços de média e alta complexidade a partir da Atenção Primária, e do apoio matricial de especialistas das diferentes áreas para as equipes de atenção primária;
- Ampliar a cobertura da Atenção Primária para organizar ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, e recuperação da saúde, em especial no que diz respeito às

- condições crônicas de maior prevalência como diabetes, hipertensão, doenças pulmonares crônicas, obesidade, sedentarismo, tabagismo ativo e ambiental;
- Buscar parcerias com universidades, especialmente as públicas sediadas em Santos para construir estratégias conjuntas de apoio ao fortalecimento do SUS no Município;
 - Qualificar e valorizar as ações de vigilância epidemiológica e sanitária, voltadas para o conhecimento e contribuir para a prevenção de doenças infectocontagiosas e de suas condições crônicas;
 - Manter gestão junto aos demais 8 municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, para planejar e desenvolver ações em conjunto para organizar o sistema metropolitano de saúde;
 - Construir uma política solidária e ativa de cooperação e coordenação de saúde entre os 9 municípios da Região Metropolitana, visando obter maior efetividade nas políticas e ações da área da saúde e suas interfaces com o transporte, segurança dos municípios, trabalho, mobilidade urbano e otimização do uso dos recursos financeiros para melhor funcionamento do SUS na Região;
 - Incentivar para que os conselhos de saúde de todas as unidades de saúde tenham autonomia e independência da Administração Municipal, bem como valorizar o papel do Conselho Municipal de Saúde;
 - Buscar junto ao estado e União recursos devidos à saúde para reforço do SUS;
 - Restabelecer o funcionamento do Fundo Municipal de Saúde sob os princípios e diretrizes norteadores do SUS;
 - Pugnar politicamente pela mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal e a EC95 que limitam o SUS e impedem sua melhoria;
 - Erradicar focos de emissão de dejetos em córregos e nas águas do estuário, decorrentes da inexistência de infraestrutura de saneamento básico das situações de favela sobre palafitas e outros tipos precários de moradias;
 - Controlar e fiscalizar a qualidade do ar, monitorando fontes emissoras de poluição atmosférica, que comprometem a qualidade de saúde no Município e na RMBS.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social figura no capítulo de Seguridade Social da Constituição Federal de 1988, e após a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, com o reconhecimento como política social distributiva, como responsabilidade do Estado Brasileiro para garantir o direito à proteção social dos cidadãos brasileiros. Essa política difere do modelo histórico de caridade e assistencialismo adotado em diversas cidades, com ressonância em Santos, fazendo da Assistência um modelo de estímulo e incentivo às garantias de autonomia e direitos da população que necessita dos serviços sociais.

Nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, Santos instituiu os serviços previstos na Constituição, contribuindo para a emancipação e a proteção social da população vulnerável. Além da criação de espaços de acolhimento e cadastramento da população em situação de rua para atuar em apoio aos serviços de recolhimento, um dos grandes instrumentos transformadores da gestão foi o Programa Nossa Família, iniciativa vigente até hoje e que inspirou o “Bolsa Família”, no atendimento de famílias em extrema vulnerabilidade.

Nosso compromisso é garantir que todos os santistas tenham acesso às riquezas da Cidade, com políticas de inserção no desenvolvimento econômico, melhores serviços, restaurando a dignidade, especialmente a população em situação de rua, cujos índices de permanência deverão ser zerados, a partir das políticas sociais.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Zerar a população em situação de rua, promovendo acolhimento humanitário, programas para moradia, capacitação para a reinserção no mercado de trabalho, acolhimento humanitário e apoio social;
- Prover 5% do Orçamento Municipal para ações da Política de Assistência Social. Atualmente, os recursos para esta finalidade não chegam a metade dessa proposta. Com mais recursos, será possível ampliar a oferta de serviços, necessário diante do empobrecimento da população;
- Garantir que todo santista terá acesso a, pelo menos, três refeições por dia, disponibilizadas em postos de acolhimento;
- Realizar o Censo da População em Situação de Rua, identificando suas características e potencialidades, de modo a planejar melhor as ações e políticas voltadas para esse grupo. Como o último Censo se deu há mais de 10 anos, não é possível fazer um planejamento adequado;
- Criar moradias temporárias de baixo custo, para a população em situação de rua, em espaços próprios do Município, pois a existência de um endereço é o primeiro passo no processo de restabelecimento da dignidade e da autonomia;

- **Estabelecer programas e garantir acesso à alimentação adequada, atuando em rede com escolas, unidades de saúde, esportivas e culturais, inclusive com orientação para as famílias terem acesso à alimentação adequada;**
- **Incentivar a produção de alimentos, sobretudo na Área Continental;**
- Ampliar número de trabalhadores nos serviços da Assistência Social para além da equipe mínima prevista na NOB-RH SUAS, de acordo com a nova demanda de atendimentos e com base em diagnósticos e estudos, por meio de concurso público;
- Efetivar o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP), do lócus do Núcleo Municipal de Educação Permanente (NMEP), baseados na Política Nacional de EP [Resolução CNAS nº 4/2013];
- Oficializar o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de processo participativo, dada sua importância como parâmetro para elaboração e implantação de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais;
- Revisar a função do trabalhador operador social;
- Garantir a participação da Assistência Social na intersetorialidade da Política Municipal de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância;
- Implantar rede de proteção social, com integração dos programas de transferência de renda às atividades socioeducativas, culturais e de geração de emprego e renda, e programas como banco popular, moeda social e tarifa zero para o transporte público municipal;
- Criar programas de atenção às crianças, adolescentes, idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade social;
- Implantar políticas integradas de saúde, habitação, educação, proteção social, esporte e lazer;
- Integrar ações e programas buscando igualdade com equidade de raça, gênero e orientação sexual;

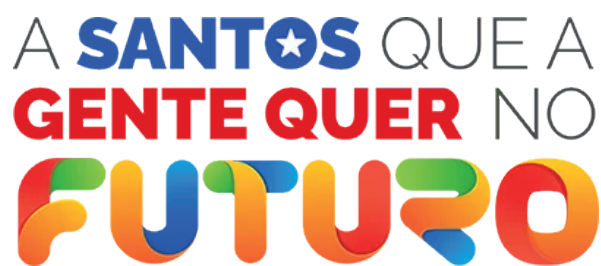
- Garantir acolhimento com atendimento profissional para detectar sinais de desproteção social, informar e orientar o/a cidadão/ã ao acesso à direitos;
- Implantar espaços públicos em condições favoráveis de atendimento e acolhimento;
- Promover ações de convivência e fortalecimento de vínculos, com vistas a promover laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza diversa e sociabilidade);
- Fortalecer gestão descentralizada e participativa, compartilhada com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (OSCs) e população, quer seja na prestação de serviços socioassistenciais como também no controle social dessa Política (Conselho deliberativo da Assistência Social);
- Aprimorar serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;
- Implementar serviço especializado para retomada da dignidade e do retorno ao mercado de trabalho para pessoas em situação de Rua;
- Reestruturar administrativa e tecnicamente a Política de Assistência Social, na reconstrução para a gestão dinâmica e democrática do SUAS municipal, pautada pelas regulações federativas e emergências;
- Trabalhar o setor de forma intersetorialidade, pois é fundamental ser complementar e conjugada entre as políticas sociais, a partir da referência comum e diversificada das microrregiões da cidade santista, e preventiva à criação de lacunas e vazios territoriais;
- Garantir o diálogo e planejamento democrático entre políticas setoriais e políticas transversais/identitárias (mulher; criança e adolescente; juventude; idoso; pessoa com deficiência; preconceito racial; LGBTQIA+), pois a vivência ativa das políticas sociais entre si (intersetorialidade) com os marcadores sociais voltados às especificidades de coletivos (interseccionalidade) é essencial;
- Atuar de maneira interdisciplinar, pois também é importante, somada à inter institucionalidade, o que é representado pela articulação permanente e diálogo com a Câmara Municipal e com o Sistema de Garantia de Direitos (Poder Judiciário, Ministério

Público, Defensoria Pública), a partir da Coordenação da Gestão do SUAS e trabalhadores do SUAS Municipal;

- Ampliar o aparato técnico-administrativo para atender a complexidade das demandas da Proteção Social Especial (PSE), considerando que há demandas comuns entre os municípios, porém ausentes de respostas articuladas para situações como: mulheres vítimas de violência, e em situação de risco, trabalho infantil e população em situação de rua;
- Estabelecer que a totalidade dos valores investidos pela União, Estado e Município na Política de Assistência Social deve passar pelo controle social do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com garantia da publicização dessas informações para os trabalhadores e população;
- Reordenar os serviços para atendimento à população em situação de rua, de forma a garantir o atendimento humanizado, com qualidade, estrutura física e RH, com a possibilidade de criação de serviços em outros territórios, a partir de estudos, diagnósticos. Considerar como exemplo o Projeto Moradia Cidadã do âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Considerar a implementação de serviços de repúblicas nos territórios, como espaços de pertencimento e de convivência habitacional alternativo. A possibilidade atinge a população idosa, àqueles sem vínculos familiares e é preventiva à solidão social;
- Ampliar o atendimento por parte do Serviço de Proteção Social básica no domicílio para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias;
- Criar Centro Dia para idosos na Zona Noroeste, considerando a necessidade de espaço de vivência e convivência social de idosos com grau de dependência e atendimento especializado, com a possibilidade de desenvolver um modelo de Centro Dia híbrido (integrando idosos independentes);
- Reforçar que o processo contínuo de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão do SUAS santista seja democrático, participativo e com a gestão qualificada, com

formação vinculada às profissões desse Sistema e experiência de trabalho nessa Política. A participação ativa dos trabalhadores, cidadãos usuários, conselheiros é indispensável;

- Reforçar a estrutura e atuação dos Centros de Referência do Sistema Único de Assistência Social (CRAS) para assegurar a assistência pública a todos os santistas que dela precisem e levar os programas municipais à todas as casas, bairros e zona rural de Santos;
- Criar a Rede Santista de Assistência Social, integrando entes públicos, entidade privadas e comunidade nas ações socioassistenciais;
- Assistir integralmente as famílias santistas, no sentido de preservar a sua unidade, a vida e o desenvolvimento dos seus membros, bem como reintegrar os dela afastados;
- Combater a violência doméstica, a exploração sexual e o trabalho infantil, inclusive com acolhimento de vítimas e medidas socioeducativas preventivas às ocorrências;
- Empreender programa educativo para superação da “cultura da miséria” instalada entre as populações mais vulneráveis, formando cidadão integrados ao tecido social da cidade;
- Informar aos santistas sobre os programas municipais, estaduais e federais de assistência e promoção social, prestando assessoria administrativa e jurídica à inscrição dos interessados.



PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Ao longo da história, a população santista sempre se orgulhou da segurança na Cidade, com baixa criminalidade e uma das mais seguras do Brasil. No entanto, essa percepção vem mudando, resultado da incidência de crimes, especialmente roubos, furtos, latrocínios e violência de forma geral, com destaque para a violência sofrida por idosos, mulheres e crianças. O empobrecimento da população e a ampliação do acesso à droga favorecem essa situação.

Na época da prefeita Telma, Santos detinha índices muito favoráveis, com Santos sendo reconhecida como uma cidade segura. Prova disso é o aumento de turistas na Cidade, chegando a 3,2 milhões em um único ano. Além de o seu governo fazer esforços junto às forças policiais para agir de forma comunitária e privilegiando o cuidado com a população, houve a estruturação da Guarda Municipal, zelando pelo patrimônio municipal e fortalecendo a sensação de segurança, pela presença de seus agentes.

Há a necessidade de restabelecer um ambiente favorável em que o alvo seja a prevenção. Conforme dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública, em 2023, Santos lidera, junto com Guarujá, os índices de roubo e furto na Baixada Santista. Nosso Município registrou 2.383 boletins de ocorrência por roubo contabilizados nos DPs. Já quanto a furtos, foram 6.616 delitos registrados. No total, foram 8.999 casos.

Embora o combate e a investigação de furtos, roubos e outros delitos sejam de responsabilidade das autoridades policiais, a Constituição Federal estabelece a Segurança Pública como prerrogativa do governo estadual. Contudo, o cuidado com a população e a segurança dos munícipes é responsabilidade de todos e a Prefeitura tem inúmeras possibilidades de atuar neste segmento, principalmente em medidas de prevenção, especialmente no apoio da Guarda Civil Municipal (GCM) às forças de segurança e na utilização de meios tecnológicos disponíveis, como as equipes e as 1.800 câmeras de vídeo monitoramento, com previsão de ampliação para mais 2 mil, integrantes do Centro de Controle Operacional (CCO).

A Segurança Pública é dever do Estado e da União, mas, acima de tudo, uma “responsabilidade de todos” (Art. 144, caput, da Constituição). Diante disso, o Município deve partilhar das responsabilidades para o tratamento institucional da Segurança, de forma a respaldar a garantia de dignidade das pessoas. Esse entendimento é absolutamente necessário, particularmente com os resultados negativos da recente e nefasta Operação Verão, em que se verificaram práticas lesivas à dignidade humana, com utilização de crueldade e desrespeito.

Dessa forma, a Coligação entende que não se separam as políticas de segurança e de direitos humanos. Assim, vislumbra-se a criação da Secretaria Municipal de Cidadania e dos Direitos Humanos, que articule ainda medidas de proteção e prevenção a violências contra quaisquer cidadãos, e venha a atuar em articulação com o novo Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública e a sociedade organizada, por exemplo, através de associações como Mães de Maio, Mulheres Periféricas, CEPES - Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, Sindpolsan - Sindicato dos Policiais Civis de Santos, OAB Subseção Santos, além de representantes de órgãos da Segurança Pública, entre outros.

Com essas premissas, é possível fazer mais, principalmente em medidas de prevenção e investimentos em políticas sociais.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a **SEGURANÇA PÚBLICA**:

- Criar a **Secretaria Municipal de Cidadania e dos Direitos Humanos**, que articule ainda medidas de proteção e prevenção a violências contra quaisquer cidadãos, como premissa de estimular e garantir a dignidade humana na abordagem de pessoas pelas forças de repressão à violência e ao crime;
- Institucionalizar um foro público para o tratamento das questões envolvendo **Segurança Pública**, que, por sua criticidade e relevância para a segurança e à dignidade das pessoas, dizem respeito às autoridades públicas e também à sociedade em geral;
- Implantar os **Comitês de Segurança**, similares aos **Consegs**, envolvendo pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar, para elaborar políticas de segurança no ambiente escolar e no seu entorno;
- Instituir o modelo de **Segurança Comunitária**, que consiste numa parceria entre a população e o seu aparato de segurança, tradicionalmente representado pelas forças policiais. A base desse modelo é que tanto a polícia quanto a comunidade unam forças para promover um ambiente seguro, identificando problemas e soluções para enfrentar os crimes;
- Estabelecer o **Plano de Segurança Urbana Municipal**, instrumento que implantará o **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)** e a **Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social em Santos**, e determinará o planejamento da **Segurança Urbana** para os próximos 10 anos;
- Propor a criação do **Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública**;

- Criar o Canal da Segurança, com as imagens das câmeras de videomonitoramento, particularmente nas áreas públicas e de acesso a serviços como escolas;
- Instituir a Academia de Formação em Segurança Urbana, para melhorar a capacidade e a qualidade nos serviços de segurança oferecidos pelos guardas;
- Ampliar a cobertura das ações protetivas da Guarda Civil Municipal;
- Apoiar financeiramente projetos voltados à produção de segurança urbana na cidade;
- Realizar exercícios simulados de resposta a desastres nas áreas de riscos elevados;
- Criar uma Matriz de Gerenciamento de Segurança Pública, ligada ao Gabinete da Prefeita, com a participação de todas as secretarias e setores relacionados, tais como de Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar, Educação, Saúde, Esporte, Serviços Públicos, e representantes de órgãos públicos como o Ministério Público;
- Fomentar eventos regionais sobre segurança pública e direitos humanos, na perspectiva de uma articulação metropolitana sobre esses temas;
- Articular com o Governo do Estado a criação de uma delegacia especializada no atendimento à pessoa com deficiência;
- Realizar o acompanhamento da formação do universo beneficiado pela Prefeitura, preferencialmente, através do geoprocessamento, superpondo as manchas do atendimento para avaliar sua dinâmica;
- Criar software de gerenciamento e formação de equipe de servidores, que compatibilizem horários e locais dos serviços, transporte, grades horárias dos estudantes e demais demandas prioritárias;
- Integrar o sistema público das câmeras dos imóveis particulares, conforme a legislação;
- Qualificar os testes psicotécnicos para que os guardas municipais possam portar armas;
- Priorizar a atuação da Guarda Civil Municipal em ações preventivas de vigilância permanente, em particular das escolas públicas e demais próprios municipais;
- Reocupar espaços abandonados, como terrenos baldios e desocupados;
- Instituir a Rede Santista promotora da Paz e Segurança Pública, com participação das autoridades públicas, sociedade organizada e comunidade;

- Integrar, em níveis municipal e metropolitano, o planejamento e as ações de segurança pública dos componentes estatais responsáveis: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Portuária, Guarda Municipal de Santos, Defesa Civil, Bombeiros e SAMU;
- Monitorar ininterruptamente a Cidade, inclusive por meio da Vigilância Solidária, com vista à prevenção e solução de crimes
- Implantar o serviço multidisciplinar de inteligência preventivo à violência em Santos;
- Elaborar e implementar o Plano Municipal dos Direitos Humanos e o Plano Municipal de Acessibilidade com plena e efetiva participação da sociedade. 3. Fortalecer e reestruturar os Conselhos Municipais de Direitos e criar o Conselho Municipal dos Direitos Humanos;
- Rever e reforçar a fiscalização das leis contra a discriminação em todas as áreas;
- Criar e regulamentar os cargos de Redutor de Danos e de Atendente Pessoal para pessoas com deficiência e Profissional de Apoio Escolar, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão e realizar concursos públicos específicos para sua contratação, incluindo a população em situação de rua e em conflito com a lei;
- Criar o Programa Territórios do Cuidado, sob a perspectiva de Direitos Humanos e com oferta de serviços territorializados que atendam públicos prioritários como crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A SANTOS QUE A GENTE QUER NO FUTURO

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

CULTURA

“Só a Cultura é revolucionária”. Essa é uma frase recorrente da nossa prefeita Telma de Souza, para expressar o quanto as artes e as expressões culturais são libertárias, emancipadoras e contribuem para a criatividade, o livre pensamento e formar cidadãos críticos. Mas, para isso, é fundamental que haja respaldo do Poder Público, com investimentos para ter equipamentos públicos culturais de qualidade, para incentivar a participação de todos os segmentos da nossa sociedade, tanto na audiência quanto na criação, e para viabilizar eventos.

Ocorre que Santos é pulsante culturalmente. Entretanto, muitas vezes, a Cidade não é democrática, especialmente no fomento de manifestações populares e na descentralização dos espaços culturais, afinal estes estão majoritariamente em áreas consideradas nobres. Um exemplo claro é o CEU das Artes na Zona Noroeste, que, sem apoio institucional, correu sério risco de fechamento e transformação em outro serviço municipal, o que só não aconteceu por interferência de Telma, como vereadora.

Outro fator preponderante é a falta de respaldo político para a Cultura. O orçamento da Cultura para 2024 é de R\$ 26 milhões, ante uma previsão total de R\$ 4,8 bilhões. Com recursos restritos, os “fazedores” de Cultura passam a depender cada vez mais do

governante de plantão, uma vez que dependem do pagamento de emendas indicadas por parlamentares e, especialmente, dos recursos provenientes de editais de fomento – uma ferramenta fundamental, mas que, diante da burocracia exigida e da expertise, fica concentrada em grandes eventos e nos mesmos artistas.

E a situação se agrava em relação ao Programa de Incentivo Fiscal de Apoio à Cultura (Promicult), também conhecido como Lei Alcides Mesquita. Os artistas encontram dificuldade em obter empresas interessadas nos incentivos fiscais e acabam por delegar essa tarefa a agenciadores.

Já no caso do Concurso de Apoio a Projetos Culturais Independentes (Facult), criado no governo de Telma como prefeita, o que se verifica é um valor muito baixo de premiação, considerando que durante anos não houve correção inflacionária no valor repassado aos proponentes selecionados.

Outra questão que merece ser destacada em relação aos editais de fomento é a pouca visibilidade dos projetos selecionados, bem como das ações de contrapartida social. Depois de concluídos e cumpridas as exigências de exibição do edital, muitos dos projetos acabam por cair no esquecimento diante da falta de divulgação e de mais oportunidades de apresentação dessas iniciativas. Já as contrapartidas sociais acabam por não alcançar muita receptividade por parte da comunidade pela inexistência de um trabalho de captação desse público.

Cabe, ainda, reforçar que o rico patrimônio cultural de Santos está se deteriorando por falta de manutenção e de compromisso com a preservação de espaços culturais, em detrimento de interesses econômicos. Isso demonstra, inequivocamente, a necessidade de revisão da política atual e novos estímulos para o setor cultural.

Nosso objetivo é fazer de Santos novamente a cidade da arte e da Cultura, gerando renda e trabalho para toda a sua cadeia, mas, especialmente, fortalecer a Cultura como modo de vida e alimentadora da alma.

A Cidade tem longa tradição cultural, de grandes nomes nas mais variadas áreas, da música ao teatro, à pintura e as mais diversas manifestações da cultura popular (Pagú, Plínio Marcos, Gilberto Mendes, Sérgio Mamberti, entre tantos).

Não se trata da cultura espetáculo, apenas, mas de políticas que ajudem a explosão cultural, marca do povo brasileiro, especialmente quando mantém vivos sonhos com o futuro, com mudanças, com transformações, acima de tudo, luta para realizá-los.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a CULTURA:

- **Negociar com o Governo do Estado a transferência da Hospedaria dos Imigrantes para implantar no local um centro de produção e apresentação de artistas locais independentes, com estúdios de produção, salas de ensaio, teatros, cinema, entre outros;**
- **Rever as regras para os editais de fomento cultural, oferecendo retaguarda técnica para a elaboração dos projetos e para a captação de patrocinadores, aumento dos valores da premiação e melhor aproveitamento dos projetos selecionados e das respectivas contrapartidas sociais;**
- **Implementar o ingresso social para os eventos privados realizados em espaços concedidos pelo Município, como o Centro de Convenções da Ponta da Praia;**
- **Estimular a discussão do futuro do Carnaval em Santos, dialogando com as escolas de samba quanto ao local dos desfiles;**
- **Articular com a Autoridade Portuária de Santos para identificar áreas e recursos federais para a construção dos galpões da Cidade do Samba;**

- **Implantar casas de cultura e centros de memória direcionados às culturas dos povos originários e de outras culturas tradicionais e populares;**
- **Fomentar programa de arte periférica, urbana e negra, com espaços para expressões o rap, slam, trap, batalha de rimas, grafite, dança de rua e funk;**
- Adotar medidas de descentralização da cultura no território, proporcionando atividades de ensino e apresentações culturais regulares nas áreas de vulnerabilidade social;
- Realizar censo cultural que identifique as potencialidades e necessidades da área cultural nas diferentes regiões da cidade, permitindo a criação de políticas públicas abrangentes e efetivas;
- Criar Departamento de Políticas Culturais na estrutura administrativa da Secult, com a finalidade de alinhar as iniciativas de cultura no território;
- Ampliar a participação da Secretaria de Cultura no orçamento municipal, com a elevação de 2% para 3% a destinação de verbas para a pasta;
- Cumprir integralmente o Plano Municipal de Cultura, estabelecendo metas para a execução de suas propostas;
- Promover cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
- Instalar espaços para ensaios de música, dança e teatro, com agendamento aberto ao público;
- Desenvolver iniciativas que permitam a formação de público para todas as linguagens artísticas;
- Abrir concurso público para agentes culturais que atuem nos centros de cultura, especialmente dos bairros periféricos;
- Revisar os valores de contratação de atividades artísticas e incluir o pagamento de licenciamento de obras audiovisuais regionais para exibição pública;

- Criar base pública de dados, que integre os acervos musical, audiovisual e literário das produções locais;
- Promover festivais e encontros que envolvam todas as modalidades artísticas;
- Em parceria com a Secretaria de Educação, articular a realização de projetos artísticos em escolas públicas municipais;
- Adotar ações transversais nas Vilas Criativas para que os participantes tenham uma programação cultural mais diversificada e com maior regularidade;
- Desenvolver programa que integre as oficinas de formação cultural já existentes e aprimore o atendimento à demanda;
- Articular ações culturais transversais, em parceria com as demais secretarias;
- Organizar eventos itinerantes para exibição pública de todos os projetos vencedores nos editais de fomento do Município;
- Aumentar de 50 para 70 o número de projetos selecionados no Concurso de Apoio a Projetos Culturais Independentes (Facult), e majorar a premiação de R\$ 20 mil para R\$ 30 mil reais por projeto;
- Reforçar a divulgação das atividades de contrapartidas culturais no território, de maneira a garantir a ampla participação popular nesses eventos;
- Simplificar as exigências para a prestação de contas dos editais de fomento cultural;
- Alterar a lei do Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio à Cultura (Promicult), para o valor da renúncia fiscal ir diretamente à Secult e, por meio de um conselho com participação social, sejam escolhidos os projetos que receberão as verbas do programa;
- Remunerar os pareceristas da sociedade civil na comissão de seleção dos projetos inscritos nos editais municipais de fomento;
- Oferecer apoio técnico permanente na elaboração de projetos em editais de fomento cultural, especialmente para os artistas que residam em áreas de vulnerabilidade social;
- Implantar o Sistema Municipal do Audiovisual, com a criação de um fundo próprio e leis de fomento que impulsionem a produção, difusão, formação, aprimoramento e pesquisa do setor;

- Acelerar as obras do Centro Temático de Cinema, no Mercado Municipal;
- Exibir regularmente produções audiovisuais de cineastas locais nas salas públicas de cinema e em áreas ao ar livre;
- Reformular o canal Cultura Santos no *Youtube*, com a ampliação do acervo e tornando-o um canal de streaming para exibição de curtas e longas-metragens de produtores audiovisuais da cidade;
- Potencializar as ações da Santos Film Commission, que atua na atração de gravações de filmes, novelas e séries para cenários santistas, para torná-la uma agência de fomento da produção do audiovisual santista;
- Instituir processo de credenciamento público para contratação de apresentações artísticas pela Prefeitura;
- Instalar espaços para ensaios de música, dança e teatro, com agendamento público;
- Assegurar apoio no custeio de passagens, alimentação e hospedagem de artistas, coletivos e produtores culturais que representem a cidade em eventos culturais realizados no Brasil ou no exterior;
- Regulamentar política de uso de espaços públicos por grupos culturais independentes, seja nos equipamentos de cultura, como também em espaços públicos ociosos;
- Instituir plano municipal de salvaguarda da capoeira como patrimônio imaterial;
- Criar um Centro de Referência da Cultura Negra na sede da antiga CSTC, na Vila Mathias, para valorizar a cultura afro-brasileira;
- Criar Casa de Cultura e Espaço de Acolhimento para a população LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade;
- Implantar a Escola Livre de Música, criada por lei desde 2007;
- Promover as artes plásticas, com a ampliação de cursos de formação, destinação de espaços para ateliês livres, criação de novas galerias, incentivo às artes digitais e à arte grafite, e retomada da Bienal de Artes Plásticas;
- Apoiar a construção do Museu de Arte de Santos, projeto da Fundação Pinacoteca Benedito Calixto;

- Relançar livros de autores santistas em domínio público, difundindo suas obras;
- Criar a Bienal do Livro de Santos;
- Promover a formação e difusão de novos autores na literatura santista;
- Promover a Feira de Histórias em Quadrinhos periodicamente em frente à Gibiteca Municipal e outros eventos semelhantes de forma itinerante para a divulgação do trabalho dos desenhistas de HQ da cidade;
- Instalar gibitecas na rede municipal de ensino;
- Ampliar a participação social no Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa), com a inclusão de mais segmentos da sociedade civil, notadamente os que têm atuação direta com a preservação do patrimônio histórico e cultural, e expandir a atribuição do conselho, permitindo o registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do município;
- Criar fundo municipal (com recursos oriundos do orçamento, multas, doações e isenções, entre outros) para investimento nas políticas públicas relativas ao patrimônio cultural, incluindo recuperação do acervo público já tombado e difusão do patrimônio imaterial;
- Elaborar Plano de Salvaguarda e Identificação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial das áreas arqueológicas remanescentes em Santos;
- Criar Departamento de Patrimônio Histórico na estrutura administrativa da Secult, de forma a concentrar o planejamento das políticas de preservação do patrimônio cultural, incluindo o incentivo à pesquisa, fiscalização e salvaguarda dos bens patrimoniais;
- Dotar todos os espaços culturais de meios e recursos para integral fruição das pessoas com deficiência;
- Incluir como contrapartida nos editais e leis de incentivo à Cultura e ao Esporte a disponibilização dos materiais diversos (livros, poemas, filmes, equipamentos para a prática de esporte, etc.) conforme o interesse público daquele ano.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

ESPORTES E LAZER

Santos é uma cidade que respira esportes e lazer. Muito disso se deve à existência das praias, a presença de muitos clubes esportivos em diversos bairros da Cidade, a oportunidade de ter times de futebol profissional, e, claro, equipamentos para a prática esportiva. Por tudo isso, é comum haver referências a Santos como a cidade mais esportiva do País. Mas isso é suficiente para uma cidade? Certamente, não. É preciso investir maciçamente para que o esporte mude a vida da população, sendo um instrumento transformador, a partir da promoção à saúde.

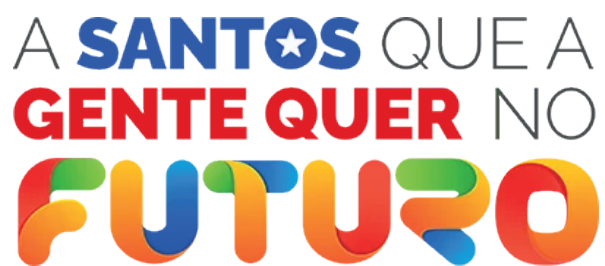
Torna-se necessário que as políticas de esportes e lazer estejam em sintonia com as políticas de saúde e de saúde mental, enfrentando as mazelas do cotidiano que afetam a qualidade de vida da população. As opções de esporte e lazer devem ser baseadas na prevenção a problemas de saúde, à longevidade, à educação e à integração social de pessoas de quaisquer idades e classes, contribuindo para a formação pessoal, para a retirada de crianças e jovens das ruas e para a possibilidade de uma vida melhor através do esporte.

Para isso acontecer, a Cidade precisa estar preparada, com espaços especializados e com a capacidade de criar condições de integração das diversas áreas a partir da atividade esportiva.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para ESPORTES E LAZER:

- **Criar academias públicas, em cada bairro da Cidade, de preferência próxima ou no mesmo espaço das policlínicas, com orientação de profissionais de Educação Física sobre exercícios adequados e práticas para desenvolvimento de uma vida saudável;**
- **Criar ruas de esportes e lazer, uma por bairro, inicialmente uma por mês, aos moldes da interdição da Avenida Paulista, na Capital;**
- **Instituir o Plano Santos Olímpica e Paraolímpica, nas escolas municipais, para identificar talentos;**
- **Requalificar centros esportivos, como Rebouças, M. Nascimento e Arena Santos, para que sirvam de centros de treinamento e formação em esportes olímpicos e paraolímpicos para os jovens de destaque no Plano Santos Olímpica e Paraolímpica;**
- Garantir que todas as escolas tenham quadras esportivas;
- Promover as Olimpíadas de Santos, entre as escolas municipais, com premiação para os competidores e equipe técnica;
- Implantar um centro esportivo de grande porte na Área Continental;
- Aplicar integralmente a Política Municipal de Futebol de Várzea;
- Apoiar a recuperação dos clubes tradicionais da cidade, mediante contrapartida de vagas gratuitas, a fim de aumentar os locais adequados à prática gratuita de esportes;
- Resgatar a política de Pratas da Casa, valorizando a formação de talentos da cidade, com incentivo do Programa Adote um Atleta;

- Ampliar o programa de esportes e atividades físicas na praia, nos bairros e na Área Continental com apoio técnico e estrutura para a prática de diferentes modalidades;
- Criar o Roteiro Esportivo de Santos, assegurando no mínimo dez eventos anuais de porte e integrando a Rede santista de Esportes;
- Assegurar a segurança e o acesso público de santistas e turistas aos eventos esportivos;
- Assegurar o direito constitucional ao lazer à toda a população santista, como forma de descanso, sanidade e revigoramento mental dos cidadãos de todas as idades;
- Promover, em todos os finais de semana, atividades de lazer nos bairros, na orla e na Área Continental visando a integração comunitária;
- Assegurar nos projetos públicos e privados de melhoria urbana da cidade a reserva de espaço para atividades comunitárias de lazer;
- Assegurar a segurança e o acesso público de santistas e turistas aos eventos de lazer.
- Criar a figura do Agente Comunitário Esportivo, aos moldes do programa Vovô Sabe Tudo;
- Fortalecer a Fundação Pró-Esporte de Santos, no sentido de planejar e executar políticas de esportes de alto rendimento;
- Atrair eventos esportivos, amadores e profissionais, criando um calendário amplo, a exemplo do que já ocorre com a cultura (ação integrada com desenvolvimento econômico);
- Apoiar o desenvolvimento de atletas com deficiência.



PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

A cidade de Santos possui um histórico de inovação e eficiência quando se fala de mobilidade, transportes e acessibilidade. O Município assumiu a vanguarda dessas ações no governo de Telma de Souza e, de lá para cá, praticamente não houve avanços significativos. Foi na gestão telmista que houve a municipalização do transporte público, rompendo com a política de reajustes desenfreados para o transporte público, que passou a ficar a cargo da CSTC, que, à época, chegou a figurar entre as maiores companhias públicas do setor no País.

Se no início da municipalização houve a necessidade de adquirir novos ônibus, a consolidação desse processo abriu caminho para conquistas dos santistas. O governo Telma iniciou, há três décadas, o que hoje se chama de Tarifa Zero e Bilhete Único, além da Catraca Livre no último domingo do mês. Foi Telma que instituiu a Tarifa Zero para idosos a partir dos 65 anos (naquela época, ainda não havia o Estatuto das Cidades, que considera a população idosa a partir de 60 anos), para pessoas com deficiência e para alunos. A prefeita ainda possibilitou o Bilhete Único com a construção do Terminal do Valongo para integração entre os bairros das regiões da Orla e Intermediária com a Zona

Noroeste. Até então, as linhas só circulavam nas suas próprias regiões e, para ir ao outro lado da cidade, era preciso pegar uma segunda condução.

Telma ainda deu início ao processo de implantação do sistema cicloviário de Santos, com a construção da Ciclovia da Avenida Portuária, posteriormente denominada Governador Mário Covas. O modelo foi ampliado pelo governo liderado pelo PT para os eixos de deslocamento da Cidade.

Passado esse momento, de conquistas para os usuários e de expansão das opções de mobilidade, Santos precarizou e privatizou o transporte público. Ainda salta aos olhos o domínio absoluto do automóvel no planejamento viário da cidade, com a desproporção de espaço em via pública e recursos destinados pela Prefeitura a um modal de transportes que não atende aos mais pobres. O transporte coletivo briga por espaço em via pública, sofre com a redução do número de passageiros, a despeito do aumento dos subsídios. A demora nos pontos de ônibus e o alto custo das tarifas levam cada vez mais pessoas a utilizarem transporte por aplicativo, aumentando os congestionamentos em vias públicas. Também levam ao aumento exponencial da frota de motocicletas, que travam uma verdadeira batalha diária com motoristas, ciclistas e pedestres, ampliando os acidentes e pressionando o sistema de saúde.

A rede cicloviária é incompleta, não capilariza e as obras de ciclovia ocorrem em uma velocidade extremamente lenta, em função da urgência de ampliação do sistema. Os investimentos para melhoria das condições de deslocamento de pedestres são lentos e não garantem a primazia do pedestre no uso das vias públicas. A sinalização viária e os tempos semafóricos inadequados privilegiam o transporte motorizado e expõem a riscos os pedestres. O Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbanas, de 2019, está longe de ser regulamentado, especialmente no que diz respeito ao sistema cicloviário e ao Plano de Passagens.

A legislação urbanística e de mobilidade são muitas vezes incompatíveis. Há um notório à oferta de vagas de automóvel nos empreendimentos habitacionais, a oferta de vagas em

locais inapropriados nas frentes dos lotes, muitas vezes conflitando com o trânsito de pedestres, tornando-as faces de uma concepção de cidade dirigida por e para quem só tem automóvel. É imperativo inverter essa lógica e privilegiar a mobilidade ativa, à pé ou de bicicleta, melhorando a infraestrutura desses sistemas de deslocamento e adotando a tarifa zero do transporte coletivo, de forma a garantir a mobilidade urbana para milhares de trabalhadores. E, claro, é urgente qualificar a gestão da mobilidade urbana, viabilizando a integração dos modais, preparar a integração entre as empresas públicas e abordar o tema das emissões de Gases do Efeito Estufa.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE:

- **Instituir a Tarifa Zero no transporte urbano público municipal, gradativamente, nos quatro anos do governo, como meio de garantir acesso universal e reduzir a dependência de automóveis, como cidades que possuem orçamento proporcionalmente até menor do que Santos;**
- **Garantir 100% de veículos elétricos na frota do transporte urbano;**
- **Liderar o processo para integração total do sistema de ônibus municipais e intermunicipais com o VLT;**
- **Assumir a gestão, adequação e gestão dos passeios, por parte da Prefeitura, garantindo acessibilidade e deslocamentos a pé;**
- **Aumento do número de passageiros com maior oferta de veículos em circulação para atendimento de todos os bairros, e também para proporcionar mais conforto dos usuários e redução do tempo de espera nos pontos de parada;**
- **Integração física dos ônibus municipais com os demais modos de transporte municipal e regional: ônibus/VLT, ônibus/barcas, ônibus/bicicletas;**

- Gestões junto ao governo do Estado visando integração tarifária do sistema municipal com VLT e barcas;
- Gestões junto ao Estado, cobrando rapidez na extensão do VLT para Guarujá, Zona Noroeste e Ponta da Praia;
- Aumento do número de passageiros com maior oferta de veículos em circulação para atendimento de todos os bairros, e também para proporcionar mais conforto dos usuários e redução do tempo de espera nos pontos de parada;
- Integração física dos ônibus municipais com os demais modos de transporte municipal e regional: ônibus/VLT, ônibus/barcas, ônibus/bicicletas;
- Estimular os deslocamentos não motorizados com ampliação/capilarização da rede cicloviária e criação de rede de paraciclos e bicicletários, especialmente em pontos estratégicos que estimulem a integração do modal com transporte coletivo;
- Investir na melhoria das condições de deslocamento de pedestres com calçadas adequadas para pessoas com mobilidade reduzida, em cadeiras de rodas ou outro meio, sem obstáculos que impeçam deslocamentos, com boa arborização, equipamentos de descanso, água potável, sinalização etc;
- Adequar a sinalização viária e os tempos dos semáforos para atendimento prioritário e seguro para a travessia de pedestres;
- Implementar com urgência o Plano de Passagens previsto no Plano de Mobilidade e Acessibilidade para redução de distâncias entre quadras e estimular os trajetos a pé;
- Expandir rampas, elevadores, sinais sonoros e táteis em espaços públicos e transportes;
- Assegurar que eventos promovidos pelo poder público sejam acessíveis a todos, estendendo-se aos privados;
- Garantir serviços online da Prefeitura acessíveis a todas as pessoas;
- Implantar uma Paraoficina Móvel de serviços gratuitos de manutenção de dispositivos de mobilidade (cadeiras de rodas, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção);
- Regulamentar os serviços de transporte adaptado, principalmente os táxis acessíveis, proibindo a prática de preços e taxas abusivas.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

PORTO

O Porto de Santos é o grande vetor de desenvolvimento econômico, e também social, de Santos. A riqueza gerada para o País e para o emprego de milhares de famílias de Santos e Região, obrigam que as ações de expansão do complexo portuário estejam conectadas com os planos de desenvolvimento da Cidade.

A relação entre o Porto e a Cidade já foi melhor, e ficou marcada na história e na alma dos santistas. Um dos grandes exemplos é quando a prefeita Telma de Souza liderou o movimento contra a demissão de 5.372 trabalhadores portuários pelo então presidente Fernando Collor. A ação surtiu efeito e o Governo Federal recuou, restabelecendo os empregos.

O mesmo aconteceu quando, na década de 90, com o atraso tecnológico da operação portuária, a Prefeitura de Santos, liderada por Telma e seu assessor especial de Assuntos Portuários, José Rodrigues, estabeleceu as diretrizes para a implantação da Lei nº 8.630, de 1993, chamada de Lei de Modernização dos Portos, cujo texto proposto por Santos assegurou a participação das cidades nas

decisões de desenvolvimento do complexo, por meio do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), e a garantia de trabalho aos portuários, com a criação do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

Passado esse tempo, a Cidade perdeu espaço na definição dos projetos de ampliação portuária. Um exemplo claro disso foi a imposição, sem discussão com a população, durante o período bolsonarista, do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto, viabilizando uma proposta prejudicial ao Município, com riscos ambientais e à população. Outro foi o processo de privatização da Autoridade Portuária, cancelado por Lula, mas que previa a transferência da gestão portuária para a iniciativa privada, criando um ambiente de concorrência desleal, extinção da categoria de avulsos, fim do chamado cais público e danos a segmentos da cadeia logística.

Mais um exemplo é a tentativa do governo passado de transferir a gestão do fundo de pensão dos portuários, o Portus, reduzindo os benefícios dos assistidos que tanto contribuíram e sem rever as perdas provocadas por aquilo que foi chamado de Reforma da Previdência.

Essas e outras demonstram que a relação entre o Porto e a Cidade se deteriorou, sem qualquer posicionamento dos governantes do Município, de forma clara e contrária a essas arbitrariedades. Portanto, é possível mudar essa relação.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para o PORTO:

- Garantir, junto ao Governo Lula e à Autoridade Portuária de Santos, o compromisso de não haver desapropriações na obra do Túnel Santos-Guarujá;
- Negociar com o Governo Lula a revisão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, considerado por especialistas como prejudicial à população e ao setor como um todo, por prever a

instalação de terminais poluentes e de alto risco próximos a áreas urbanas;

- **Articular junto ao Governo Federal a transferência do Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, terminal de cruzeiros da empresa Concais, para a área portuária do Valongo;**
 - **Concluir o Projeto Porto Valongo, estabelecendo ainda ações que garantam a geração de emprego e renda para a população de Santos;**
 - **Propor um projeto sustentável para a Zona de Processamento de Exportação, congregando os interesses da população e do setor portuário;**
- Ampliar e estimular a relação Porto-Cidade;
 - Incentivar o transporte hidroviário metropolitano;
 - Reavaliar a instalação do Terminal de GNL;
 - Posicionar o Município contra a instalação de um terminal de enxofre na região portuária de Duteirinhos, pelo alto risco à população do entorno e pelos impactos ambientais;
 - Participar dos estudos para o aprofundamento do canal do Porto, incluir proposta de urbanização da estrutura de proteção a ser construída na Ponta da Praia (faz parte das condicionantes do projeto);
 - Instituir sistema de controle e articular proposta de manutenção da limpeza, como solução para a soja derramada nas vias portuárias;
 - Integrar os estudos ambientais portuários com o meio técnico e universitário regional.
 - Formar banco de dados ambientais de acesso público integrado com a Autoridade Portuária;
 - Propor uma estrutura aparente que possibilite apoio a pesca, marina entre a estrutura e a praia, caminhada, surf, etc;
 - Recuperar a parte erudida da praia (Canal 4 a Ponta da Praia). Para isso, realizar uma grande transferência de areia do canal 1 e 2 em direção ao canal 4 a 6;

- Instituir o Programa Santos Cidade Portuária, investindo na integração com currículo escolar;
- Negociação com a Autoridade Portuária de Santos para incluir o Museu do Porto entre os espaços culturais, além de possibilitar a exposição de equipamentos antigos em área urbana, como jardim da praia e praças;
- Valorizar a memória do Porto, com destaque para as lutas dos trabalhadores e sindicais, bem como o resgate histórico da lamentável presença do navio-prisão Raul Soares, para episódios dessa natureza nunca mais aconteçam;
- Promover um programa de integração com visitas monitoradas ao porto aos alunos da rede municipal;
- Criar o Plano estratégico de uso sustentável da área continental;
- Aplicar os recursos de impostos que ainda estejam em discussão judicial em infraestrutura de interesse Porto-Cidade, fazendo um acordo com os agentes portuários;
- Inserir a Prefeitura no debate de gestão e planejamento do Porto para garantir a logística necessária à sua modernização e a sua expansão, permitindo a criação de novos postos de trabalho;
- Conectar a discussão do Plano Diretor do município com o Plano de Desenvolvimento e Expansão (PDZ) do Porto;
- Apoiar a expansão sustentável do porto e de seu retroporto, garantindo mecanismos legais e de planejamento para a atração de investimentos;
- Atrair empresas das áreas portuária e de logística, escritórios de comércio exterior e outras atividades correlatas através de incentivos fiscais, com redução da alíquota de ISS;
- Aprimorar a logística de movimentação de cargas na Baixada Santista e entre esta e o planalto, em consórcio com o governo do Estado e demais municípios da região metropolitana.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

TURISMO

A atividade da indústria do turismo é a que mais gera empregos e renda. No caso de Santos, devemos agregar mais do que as praias, mas a partir das características da cidade, desenvolver nossas vocações. O Porto é uma atividade que proporciona possibilidade de crescimento no setor turístico, aproveitando a temporada de Cruzeiros, no sentido de que sejamos não apenas um “ponto de parada”, mas, sim, de aliar atividades que proporcionem a visita ao Centro Histórico, aos hotéis, à rede de gastronomia, entre outras. Além disso, a Área Continental deve ser tratada como um potencial vetor de crescimento na área turística, com suas áreas de preservação, estimulando, junto à preservação do meio ambiente, iniciativas que atraiam visitantes. Outro ponto favorável é a localização geográfica de Santos, pois fica a poucos quilômetros da Região Metropolitana de São Paulo, a maior concentração população do Brasil, possibilitando uma demanda de turismo ecológico e náutico permanente.

A Cidade já esteve entre os principais destinos turísticos do País, de forma consolidada. A retomada da balneabilidade nas praias, que antes viviam impróprias, foi o carro-chefe da gestão da prefeita Telma para o retorno dos turistas. Com isso, foi reaquecido os setores hoteleiro, de bares e restaurantes, além de shoppings e equipamentos de lazer.

Sob a gestão de Telma, os comerciantes comemoraram a recuperação da balneabilidade, afinal, nos verões de 1994 e de 1995, foram calculados 3,2 milhões de turistas, que gastaram cerca de R\$ 120 milhões em seu comércio. Um recorde absoluto apontado pela própria Embratur, que acabou indicando Santos como a cidade que mais atrai turistas estrangeiros na região. No verão de 1995/1996 foram 3,7 milhões de visitantes. Para efeito de comparação, mesmo com a temporada de cruzeiros marítimos, a Prefeitura estimou em 2,8 milhões de turistas a temporada 2023/2024.

Portanto, atualmente, mesmo com as novas opções de divulgação, principalmente pela internet, e a abnegação de fomentadores de eventos culturais, o Município ainda encontra dificuldades, mas há possibilidades de incremento.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para o TURISMO:

- Criar o Fórum de Líderes do Turismo de Santos, para discutir estratégias de fomento, tendo assento permanente, além das entidades representativas do setor, grandes representantes da Cidade, por exemplo a Autoridade Portuária de Santos e o Santos Futebol Clube;
- Desenvolver estudos para a construção de uma estátua de Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, aos moldes do Cristo Redentor;
- Articular junto ao Governo Federal a transferência do Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, terminal de cruzeiros da empresa Concais, para a área portuária do Valongo;
- Negociar a transferência da São Paulo Boat Show, maior feira náutica do Brasil, para Santos;
- Promover campanhas de divulgação do turismo santista em todo o Brasil;
- Envolver o Poder Público Municipal na definição das ações para construção da Nova Vila Belmiro, estádio do Santos Futebol Clube;

- Articular com o Governo Federal a transformação do Museu Pelé em Patrimônio Histórico Nacional;
- Promover a requalificação dos equipamentos turísticos de Santos, tornando-os tecnológicos e mais atraentes;
- Fomentar as potencialidades e opções de turismo e lazer da Cidade em feiras e eventos do setor de abrangência nacional e internacional;
- Criar uma rede de estímulo e discussão com participação de hotéis, bares e restaurantes;
- Criar um centro de formação de profissionais para a cadeia do Turismo, desde as áreas de atendimento ao público até a gestão;
- Potencializar atividades náuticas utilizando o potencial hidroviário de Santos e Região;
- Incentivar o turismo ecológico na Área Continental, integrando-o às atividades das comunidades tradicionais, como a Festa do Divino, da Ilha Diana;
- Criar o Roteiro do Centro Histórico;
- Promover um Censo no sentido de identificar potencialidades turísticas;
- Estabelecer relações com governos de países estrangeiros, com relevância de imigração para Santos, como Portugal, Espanha, Itália e Japão, para realizar intercâmbio e promoção turística;
- Fortalecer o turismo de negócio em Santos, por meio de parcerias com agências públicas e a iniciativa privada, atraindo grandes eventos para a cidade;
- Capacitar Santos a se constituir em base receptiva para o turismo regional;
- Desenvolver o turismo náutico e de mergulho na laje de Santos, com estrutura de comércio para suporte aos barcos turísticos e ao batismo de mergulhadores;
- Fomentar o turismo aquaviário ecológico na Serra dos Macacos e no canal que margeia a orla continental de Santos, assegurando a preservação ambiental e cultural das comunidades e a segurança dos passageiros e guias;
- Ampliar o percurso dos bondes, permitindo chegar até avenidas próximas à orla;

- Modernizar o Aquário e reforçar parcerias com universidades para a recuperação da vida marinha e estudos biológicos e veterinários;
- Incentivar a recuperação, preservação e destinação cultural do patrimônio histórico santista, mediante cessão onerosa que preserve as características de imóveis tombados;
- Regulamentar o turismo diário;
- Incentivar a rede hoteleira e gastronômica de Santos para abrir oportunidades ao primeiro emprego e contribuir para a formação profissional dos jovens que atuam na área;
- Articular, junto ao Governo Lula, para o rápido início do funcionamento do Aeroporto de Guarujá, na Base Aérea de Santos, com um serviço de traslado para o Parque Valongo.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

COMUNICAÇÃO

Muitas das iniciativas institucionais que garantem uma comunicação democrática depende de políticas públicas nacionais, porém, no município podemos colaborar com a Comunicação Pública/Institucional e a criação de políticas públicas voltadas ao exercício da cidadania, através da democratização do acesso e meios de produção da informação.

Só quem já desenvolveu um modelo de comunicação pública, como no governo da prefeita Telma de Souza, com a implantação do Diário Oficial (D.O. Urgente), pode novamente garantir informação isenta e de qualidade para o cidadão, de fato, pertencer à sua cidade. Por isso, a primeira premissa precisa ser gerenciar as informações sobre as atividades da administração e de seus agentes públicos, baseada nos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Na sequência, é necessário apoiar a criação e fortalecer os veículos de comunicação comunitários e populares, de modo a ampliar a difusão das vozes, opiniões e pontos de vista da sociedade.

E, ainda, enfrentar os desafios de promover Educação Midiática, Digital e Combate à Desinformação, com a construção e fortalecimentos de projetos e programas, de forma transversal com outras secretarias como Educação e Cultural, com o objetivo de cultivar os princípios democráticos, a liberdade de expressão, a cidadania e os direitos humanos. E, para

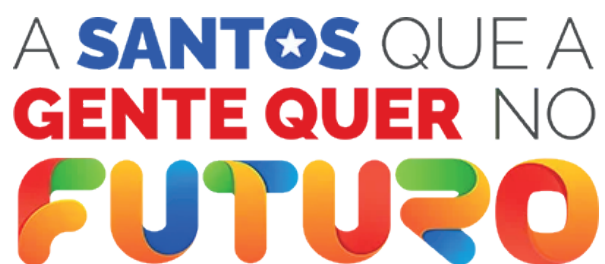
garantir o maior acesso e participação população, cabe ao Município ampliar e fortalecer o acesso público à internet nos espaços públicos, algo que já deveria ter sido feito.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a COMUNICAÇÃO:

- **Wi-fi gratuito disponível ao público em toda a cidade;**
- **Fomentar a construção de uma mídia de comunicação pública, dentro do Programa de expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), liderada pela EBC;**
- **Acessibilidade nas Comunicações: Assegurar que toda a comunicação municipal seja acessível para pessoas com deficiência, incluindo legendas, intérpretes de libras e formatos adaptados;**
- **Aperfeiçoar o Portal da Transparência, modernizando e o tornando mais acessível, incluindo dados em tempo real e ferramentas interativas que facilitem o acesso a informação desejada;**
- **Criação do ComunicaSantos, assim como o ComunicaBr, um Portal que reunirá todas as informações estratégicas sobre as Políticas Públicas do Município, garantindo o monitoramento das suas execuções;**
- **Garantir que o Diário Oficial seja acessível a todos os cidadãos, implantando os totens de acesso que deveriam existir e não foram implantados;**
- **Garantir que os meios de comunicação municipais representem a diversidade cultural, social e racial de Santos, dando voz aos grupos historicamente marginalizados;**
- **A Secretaria de Comunicação Municipal, deverá coordenar as diferentes assessorias de comunicação que servem ao poder público;**
- **Programas de Rádio e TV Municipais devem ter alcance ampliado e o conteúdo focando em notícias locais, questões comunitárias e debates sobre políticas públicas;**

- Garantir que os meios de comunicação municipais representem a diversidade cultural, social e racial de Santos, dando voz aos grupos historicamente marginalizados;
- Construção de Sistema onde Informações das secretarias municipais possam chegar aos cidadãos que delas necessitem e não apenas esperarem que eles cheguem a elas;
- Concurso Público para profissionais da área de Jornalismo, Comunicação Digital e Midiática, eliminando a terceirização na Administração, o que se torna caro e precariza a atividade profissional;
- Dar mais visibilidade aos serviços da Ouvidoria, produzindo relatórios mensais não apenas dos atendimentos, mas dos encaminhamentos, resoluções e retornando com respostas aos cidadãos que a procurou;
- Criar regras de investimentos publicitários, para que dinheiro público não financie conteúdos ilegais e fake News, atendendo as recomendações do TCU, impedindo investimentos em mídias digitais que promovam conteúdos ilegais e de desinformação;
- Criação do Conselho Municipal de Comunicação, com maioria de representantes da sociedade civil e composição equilibrada e isonômica entre Poderes Públicos e sociedade civil;
- Instituir programa de fomento a projetos de mídias populares e alternativas, e comunitária, através de concursos feitos com editais públicos definidos e lançados de forma transparente;
- Dar assessoria para criação e elaboração de projetos de mídia comunitárias, para que possam buscar recursos federais existentes para iniciativas populares de comunicação;
- Promoção de Eventos Culturais e Festivais de Mídia: Organizar eventos que celebrem a cultura local e incentivem a produção de conteúdo original, como festivais de cinema, jornalismo e arte digital;
- Estabelecer percentual de verbas de publicidade para TVs e rádios comunitárias, educativas e universitárias, jornais populares e de bairros, blogs e sites alternativos;
- Criação do Núcleo de Educomunicação na SEDUC, em parceria com a Secretaria de Educação;

- Parcerias com Universidades e Escolas Técnicas para promover programas e iniciativas voltadas para a formação e alfabetização digital;
- Campanhas de Educação para a Mídia: Implementar campanhas educativas com outras secretarias como a de Educação e Cultura que orientem a população a identificar informações falsas e entender melhor o papel da mídia na sociedade, com o objetivo de cultivar os princípios democráticos, a liberdade de expressão, a cidadania e os direitos humanos;
- Ações em conjunto com outras Secretárias para o combate a Desinformação que tem impactado negativamente as políticas públicas em todos os níveis da Federação;
- Criar Observatório das Redes Sociais, em parceria com universidades, para monitorar e combater a desinformação;
- Ampliar e fortalecer o acesso público à internet nos espaços públicos
- Ampliar a oferta de banda larga gratuita no município, por meio de acesso sem fio em grande escala, com a criação de hotspots, telecentros e postos de conexão.
- Criação do Telecentro-Móvel. Equipamento móvel, com computadores de última geração, disponibilizados para uso da população. Esses telecentros-móveis estariam em diversos pontos da cidade, neles serão oferecidas aulas de informática que irão da alfabetização digital aos níveis mais avançados. Além de ficarem disponível para uso e acesso à internet.



PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

GARANTIA DE DIREITOS

MULHERES

As mulheres são 54,6% da população de Santos, sendo 228,8 mil entre 418,6 mil moradores. Esse percentual a torna a cidade mais feminina do Brasil, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022. A representatividade desse contingente obriga que a cidade pense cada vez mais políticas sociais para a garantia de direitos das mulheres, relacionando as diversas áreas de atuação, por exemplo Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança, Moradia, entre outras, que podem favorecer a emancipação dessa população.

As mulheres entraram na pauta e na prioridade das políticas públicas justamente no governo da Telma de Souza em Santos. Nesse período, foi criada a primeira coordenadoria de políticas para mulheres do Município, ligada diretamente ao gabinete da então prefeita. Também surgiram os serviços de atenção à saúde da mulher, como a Casa da Gestante, as casas de acolhimento, entre diversas outras iniciativas. Após a Prefeitura, todas as ações políticas de Telma envolveram a luta das mulheres por mais e melhores serviços.

Como deputada federal, atuou na aprovação da Lei 11.340/2006, que instituiu a Lei Maria da Penha em âmbito nacional. Como deputada estadual, na Assembleia Legislativa, criou a Procuradoria Especial da Mulher, a primeira do Estado, sendo responsável pelo movimento Mutirão Maria da Penha, que obteve o compromisso e o projeto-piloto de instalação de uma vara especializada contra a violência doméstica e familiar em Santos. Já como vereadora, é autora de uma série de legislações em benefício da população feminina, como o Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher (Disque 180).

Assim, a Coligação entende a produção de políticas públicas para as mulheres de forma transversal (várias secretarias) e interseccional (gênero, sexualidade, classe, raça, território, idade etc.) como possibilidade de reversão de hierarquias que causam violências tornando grupos sociais, como as mulheres, principalmente das periferias, notadamente de maioria negra, base da pirâmide social. As mulheres além de serem maioria em nossa cidade de Santos, são também as responsáveis pelo trabalho do cuidado das pessoas, tanto em sua casa, num trabalho não remunerado, quanto no trabalho remunerado, no serviço e público e no privado.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para as MULHERES:

- **Articulação junto ao Governo Lula para implementar em Santos o programa Casa da Mulher Brasileira;**
- **Ampliar capacitação e qualificação para a Guarda Civil Municipal melhor atender às mulheres em situação de violência;**
- **Garantir a descida dos ônibus por mulheres e idosos em qualquer lugar, a partir das 21 horas;**
- **Zerar a fila de vagas para creches, possibilitando assegurar o direito às mães e responsáveis para a busca da autonomia e do seu desenvolvimento humano, social e econômico;**

- Reformulação das estruturas da atual Coordenadoria da Mulher, de forma que seja articuladora das políticas públicas para as mulheres e atue em conjunto com as demais secretarias, em especial com a de Desenvolvimento, Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Esporte, Turismo, Meio Ambiente evitando duplicação de ações e, o pior, ações divergentes;
- Revisão dos protocolos de recepção e atendimento das unidades da Prefeitura (todos os equipamentos), visando à eliminação de incoerências com a dignidade e necessidades das mulheres e dos demais grupos;
- Reestruturação do Programa da Guarda Civil Municipal de acompanhamento de vítimas de violência, hoje visita/vigia à vítima e que ignora o agressor;
- Implantar programa de prevenção à violência sexual contra crianças e adultos, através de: educação nas escolas para a prevenção; formação dos profissionais da saúde, educação e assistência social para identificarem situações de abuso e violência, orientarem as vítimas sobre seus direitos e garantir seu encaminhamento a serviços que garantam o cumprimento da Lei do Minuto Seguinte, e ofereçam acompanhamento psicológico e orientação jurídica; campanhas de informação sobre os direitos das vítimas de violência sexual e os locais em que podem conseguir atendimento, através das redes sociais da prefeitura e de material impresso no transporte público e nos equipamentos de saúde, educação e assistência social, bem como uma política de combate à violência contra a mulher, em articulação junto ao Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal para a avaliação e reestruturação dos serviços de atendimento as mulheres em situação de violência, especialmente as DDMs, o IML, bem como, articulação metropolitana, com a finalidade de criação de Casas de Passagem e/ou Casas Abrigos Regional;
- Articulação prioritária da Secretaria da Mulher com a Secretaria de Desenvolvimento Social para que as mulheres em situação de violência e os seus filhos, sejam prioridades nos projetos de trabalho e renda, moradia social e vagas escolares;

- Desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda para as mulheres, através da Economia Solidária e o cooperativismo, principalmente por serem as mulheres, as maiores envolvidas nas ações comunitárias e do cuidado;
- Desenvolvimento de política de formação permanente em direitos humanos das e dos profissionais que têm acesso diretamente a mulheres, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, população LGBTQIAPN+, pessoas negras e com deficiência, como forma de prevenção às violências sofridas por estes grupos sociais;
- Reforço da iluminação pública na Zona Noroeste e região central da cidade, como forma de dar mais segurança às mulheres;
- Rever o Plano de Emergência Municipal, em especial nos tópicos de abrigagem e Realocação da população atingida, visando mantê-la atualizada e em condições de assegurar atendimento com dignidade e segurança às mulheres e famílias por elas "chefiadas", bem como a população Lgbtqiapn+;
- Defesa do pleno funcionamento do Programa de Saúde da Família com equipe multidisciplinar (psicologia, nutrição, assistente social, fisioterapia, etc.), com médicos e médicas da família em todas as policlínicas em condições para que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres estejam garantidos;
- Sobre as doenças infecto lógicas, precisamos que os serviços de atendimento infecto lógico (AIDS, tuberculose, sífilis) realize atendimento multidisciplinar e os fluxos para notificações voltem a funcionar com eficácia;
- Como forma de envolvimento da comunidade e escolas, criação das farmácias vivas, principalmente com a participação das mulheres mais velhas e as crianças;
- Melhores condições ao PAIVAS em relação à equipe multiprofissional, bem como, ao espaço físico para atendimento adequado e zerar fila de espera das meninas e mulheres vítimas de violência sexual;
- Estabelecimento de horários de atendimento especial para atendimento da população que trabalha a noite e precisa dormir de dia, nas diversas secretarias. (Trabalhadoras e trabalhadores de bares e restaurantes, de apps, do sexo, da saúde, entre outros;

- Revisão dos protocolos de saúde da servidora municipal, visando assegurar adequação às condições reais de serviço e da saúde da mulher;
- Reestruturação dos programas de atendimento à população de rua, em especial dos abrigos, visando adequação à segurança e às necessidades de mulheres e da população Lgbtqiapn+;
- Realizar estudos para avaliar a ampliação/implantação de estruturas ambulantes de atendimento de saúde e assistência à população em situação de rua, em especial a população Lgbtqiapn+, mulheres e pessoas idosas;
- Implementar serviços de psiquiatria em hospitais para mulheres em suas várias faixas etárias, em situação de violência que deles precisarem;
- Implantar Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) na Zona Noroeste, Morro da Nova Cintra e Área Continental, além de funcionamento 24h em todas.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

GARANTIA DE DIREITOS

DIVERSIDADE

A luta organizada da população LGBTQIAPN+ vem proporcionando diversos avanços nos municípios brasileiros, em especial em Santos, com a institucionalização da Coordenadoria de Diversidade e o Conselho Municipal de Políticas LGBTQIAPN+. A Cidade evoluiu, ainda, graças a leis como a nº 1166/2022, de autoria de Telma como vereadora, que estabelece sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Autora do Projeto de Lei que cria as Delegacias LGBT no Estado de São Paulo, Telma reconhece a importância de fortalecer e ampliar esses espaços, valorizando seus integrantes da sociedade civil e do Poder Público, otimizando o alcance de suas tomadas de decisões e a implementação de novas políticas públicas para o Município.

Um dos desafios é a enfrentar as disparidades no cuidado com a saúde física e mental da população LGBTQIAPN+, seja por falta de serviços especializados, como o atendimento a bebês e crianças, inclusive intersexo, seja por não haver profissionais capacitados para

atende-la, especialmente para garantir direitos, entre eles o desrespeito à identificação pelo nome social e à Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+.

Um dos problemas atuais na Cidade é a fila de espera para atendimento à população trans no Hospital Guilherme Álvaro, que precisa ter sua equipe multidisciplinar ampliada. Essa necessidade é uma das diversas que surgiram na Conferência Municipal de Saúde, Conferência Livre de Saúde LGBTQIA+ e Conferência LGBTQIA+ e que devem ser implementadas. Tais propostas incluem a viabilização da supracitada Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+, a formação permanente para os profissionais de saúde do Município, inclusive mental, sobre identidade de gênero, orientação sexual, intersexualidade e saúde integral dessa população.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a DIVERSIDADE:

- **Implantação do Ambulatório Trans, que oferecerá uma linha de cuidado direcionado a população LGBTQIAPN+;**
- **Articular com o Governo do Estado a ampliação da equipe multidisciplinar do ambulatório especializado do Hospital Guilherme Álvaro;**
- **Articular com o Ministério da Saúde do Governo Lula a habilitação do Hospital dos Estivadores para a realização do processo transsexualizador;**
- **Enfrentar a evasão escolar motivada por bullying e outras formas de agressão;**
- **Desenvolver programa de capacitação para a inclusão da população LGBTQIAPN+, especialmente travestis e transexuais, no mercado de trabalho, via parcerias com empresas locais;**
- **Estabelecer como tema transversal da Educação o respeito às individualidades e o combate a preconceitos nas escolas, visando à reeducação da violência em salas de aula e a evasão escolar;**

- Apoiar a realização de eventos de visibilidade das pautas da população LGBTQIAPN+, entre elas a Parada;
- Criação do cargo de agente de prevenção;
- Ampliar e garantir o atendimento Tratamento Fora de Domicílio (TFD) que foi instituído pela Portaria SAS Nº 55/1999 com transporte e ajuda de custo para mais de 01 (um) município e voltar a transportar pacientes com destino a diferentes municípios; não é especificamente LGBT, mas é muito importante;
- Rever as condicionalidades de acesso ao Programa Dignidade Menstrual, tais como apresentação de documentos, favorecendo em especial a população em situação de rua, principalmente à População LGBTQIA+ que está em situação de rua, simplificando o processo de registro para acessar este direito, entendendo suas especificidades e condições de vida, mitigando as iniquidades já impostas pela dinâmica social.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

GARANTIA DE DIREITOS

JUVENTUDE

O mundo vem testemunhando a força crescente dos jovens na construção de uma sociedade melhor. Eles estão nas ruas, nas comunidades, no debate público, defendendo seus direitos e da sociedade, mobilizando as pessoas e chamando governos do mundo à responsabilidade em respeitar, proteger e efetivar os direitos humanos.

Os jovens sempre desempenharam papel importante nos movimentos sociais, assumindo postos de liderança em protestos mundo afora, organizando manifestações e ocupando o espaço público com demandas sociais, políticas, econômicas e culturais. Nas ruas, nas comunidades, nas redes sociais e internet em geral!

Mas, justamente por estarem na linha de frente do ativismo, da cobrança de líderes locais e globais por um mundo mais justo e solidário e por serem a voz do inconformismo na sociedade, os jovens também estão entre os que mais sofrem com a violência, principalmente os negros, que figuram entre os grupos de maior vulnerabilidade social, no Brasil e no mundo. E essa vulnerabilidade é facilmente constatada pelos altos índices

de mortalidade no Brasil, a morte violenta atinge principalmente jovens negros entre 15 e 18 anos.

Em Santos, a situação não difere muito, os jovens das comunidades vivem com dificuldades, exclusão, ausência de espaços de lazer, cultura e esportes, mas principalmente com pouco acesso ao mercado de trabalho e educação adequada. No sentido de superar essas inadequações, é preciso articular ações que envolvam toda a sociedade e o poder público.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a JUVENTUDE:

- **Implantar a Casa da Juventude, garantido espaço de convivência para 5 mil jovens de 14 a 19 anos;**
- **Garantir bolsas de estudo de meio salário mínimo para os jovens desenvolverem atividades cidadãs de construção de seus futuros;**
- **Criar canal de diálogo com a juventude para que participem dos diagnósticos dos problemas que afetam suas relações e o convívio social e busquem, em conjunto com o Poder Público, a solução, garantindo protagonismo;**
- **Instituir o programa Praias da Juventude Esportista;**
- **Promover campeonatos interescolares de esporte de praia, como futebol de areia, futevôlei, vôlei de praia e beachtennis;**
- **Garantir apoio para festivais de arte urbana, como hip-hop e dança de rua;**
- **Dinamizar o Conselho Municipal de Juventude, no sentido de ser um ator de fomento e desenvolver ações em prol da juventude, principalmente periféricas;**
- **Criar programa de incentivo ao comércio, aos serviços, às empresas do setor portuário, à rede hoteleira, bares e restaurantes, entre outros, a abrir oportunidades ao primeiro emprego e contribuir para a formação profissional dos jovens que atuam na área;**

- Articular políticas públicas com o Governo Federal, por exemplo o Programa Pé de Meia;
- Criar um programa dirigido aos jovens, no sentido de proporcionar apoio para desenvolvimento de atividades comunitárias, de interesse público, proporcionando uma renda mínima, cujo objetivo seja a reinserção desse jovem à educação e cidadania;
- Empenho do Governo Telma para a instalação do Instituto Federal na Zona Noroeste;
- Priorizar os jovens que estudam na implementação da Tarifa Zero no transporte público;
- Articular um restaurante popular aos jovens estudantes, a ser instalado próximo às universidades da Cidade;
- Articular ações com as universidades para promover ações em prol da juventude;
- Atualizar o Plano Municipal da Juventude;
- Ampliar a oferta de vagas para a Educação de Jovens e Adultos, de modo integrado a cursos técnicos e profissionalizantes e com horários flexíveis;
- Promover e fomentar, junto a Coordenadoria da Juventude, ações que tenham por objetivo o estímulo à elaboração e realização de projetos culturais produzidos por jovens;
- Reestruturar a proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, em conjunto com os profissionais da rede a partir de um currículo que contemple às demandas do mundo contemporâneo e que considere as diversidades, especialmente quanto as questões de gênero, raça, etnia, incluindo a cultura no processo de aprendizagem;
- Ampliar a oferta da EJA, reabrindo as escolas no período noturno e utilizando os espaços ociosos no período diurno;
- Construir fluxo de atendimento entre as Secretarias Municipais e parceiros da rede de atendimento de/com/para a juventude; II-Realizar, junto a Coordenadoria da Juventude e setores pertinentes, feira itinerante e/ou estratégia que possibilite a sustentabilidade da iniciativa e incentive a profissionalização da juventude.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

GARANTIA DE DIREITOS

COMBATE AO RACISMO

A sociedade brasileira teve seu desenvolvimento calcado na objetificação de milhares de negras e negros escravizados, que, à revelia, foram trazidos forçosamente através de navios negreiros. Durante um longo período da nossa história, as riquezas do nosso país foram produzidas com a força de trabalho escravo, sem que, ao término do sistema escravocrata, qualquer tipo de compensação fosse efetivado. Infelizmente, as consequências decorrentes de mais de 300 anos de escravidão podem ser observadas até hoje em nossa sociedade. O genocídio da população negra nas periferias, a dificuldade de acesso ao ensino superior e aos direitos básicos como saúde, educação e habitação são algumas das mazelas decorrentes da escravidão que assolou nosso país.

Reduto abolicionista, palco de resistência, lutas e protagonismos, a cidade de Santos limita-se hoje ao modismo e ao discurso pronto típico do senso comum. Aqui, a desigualdade social também está expressa nos índices de segregação racial no município, que mostram o quanto a população preta e parda reside majoritariamente nos bairros mais periféricos da cidade.

Portanto, cabe à gestão municipal garantir os preceitos constitucionais de proteção aos direitos humanos, garantindo os direitos do povo negro e indígena e o combate ao racismo institucional. Acima de tudo, uma cidade antirracista.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a IGUALDADE RACIAL:

- **Fazer valer a lei federal 12.990/2014, que reserva 20% das vagas para candidatos pretos e pardos;**
- **Capacitar professores e garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros;**
- **Promover uma relação intersetorial para dar atenção às doenças e condições prevalentes na população negra, como a anemia falciforme;**
- **Priorizar ações de combate à mortalidade infantil, materna e precoce nessas comunidades;**
- **Capacitar a Guarda Civil Municipal para a garantia do respeito e promoção dos direitos humanos;**
- Criar políticas de combate ao racismo e discriminação em todos os atendimentos do serviço público;
- Estabelecer um programa de incentivo à fixação da população negra em Santos, particularmente a juventude;
- Aplicar o Plano Municipal de Igualdade Racial;
- Garantir o funcionamento do Fórum Municipal de Acompanhamento da Aplicação da lei federal 10.639/2003, alterada pela lei 11.645/2008.
- Formação continuada sobre educação antirracista e letramento racial obrigatória para todos os funcionários públicos que atendem ao público, começando pelas escolas, além de uma comissão de educação antirracista e letramento racial composto por pessoas pretas;
- Criação do ambulatório da saúde da população negra;

- Criação do comitê de saúde da população negra;
- Desenvolver programa municipal de saúde da população negra;
- Inclusão do quesito raça/cor nos formulários do sus em santos;
- Promover atenção e cuidados para redução de danos e dependência química;
- Acompanhar mensalmente, os conselhos locais com suas respectivas atas de reuniões com divulgação no portal da transparência sobre o número de população usuária pertencente a um grupo racial com maior chance de influenciar positivamente a decisão clínica do profissional sobre seus problemas de saúde, incluindo aqueles causados pela exposição constante às mais diversas violências territoriais;
- Promoção e valorização das comunidades tradicionais de matriz africana;
- Regularização dos locais de práticas de religião de matriz africana;
- Inserção econômica da população negra e periférica;
- Inserção econômica e reintegração dos egressos do sistema penal e da Fundação Casa;
- Plano municipal da juventude negra viva infância e juventude, com promoção de justiça e inserção econômica da população jovem negra e periférica;
- Qualificar a atuação do Conselho Tutelar, para tratar de casos de racismo, em situações ocorridas dentro da escola, pois não há órgãos para os quais recorrer;
- Realizar o trabalho intersetorial de defesa dos direitos das mulheres negras junto a uma secretaria que cuide dos direitos das mulheres;
- Aumentar a divulgação para ampliar a participação popular nos conselhos municipais garantir a itinerância dos conselhos municipais para aumentar a acessibilidade.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

GARANTIA DE DIREITOS

IDOSOS E LONGEVIDADE

Um a cada quatro santistas tem 60 anos ou mais. São pelo menos 100 mil pessoas nesse contingente, que precisam de políticas públicas específicas para a garantia dos seus direitos fundamentais, acesso à moradia e serviços públicos, inserção no ensino e no mercado de trabalho e, também, no enfrentamento a preconceitos e violação de direitos.

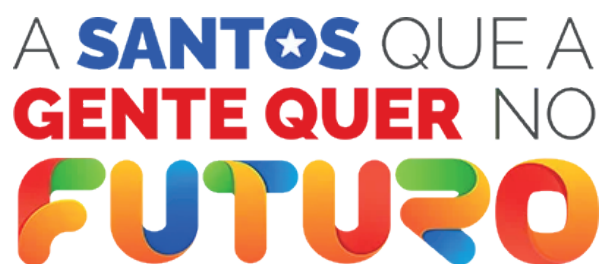
Pensar na população idosa não é escolher um bom cuidador, definir uma clínica de repouso ou calcular a aposentadoria. Vai mais além. É preciso que o governante esteja atento para planejar a saúde integral do idoso, cuidar da sua saúde mental e do seu lazer, oferecer possibilidade de integração e prática de esportes, mas, também, garantir que todos os 60+ tenham condições de envelhecer com qualidade de vida. Isso inclui, por exemplo, moradia digna, qualificação para o mercado de trabalho, acesso aos meios de locomoção e de mobilidade adequada, que haja segurança e respeito.

Envelhecer não precisa ser ruim. Pode ser uma oportunidade de usufruir plenamente da sua cidade e de tudo o que ela oferece. É assim que tem que ser!

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a IDOSOS E LONGEVIDADE:

- **Promover campanha e política municipal de enfrentamento ao etarismo/idadismo;**
- **Reduz para 60 anos a gratuidade no transporte público, sendo prioridade no processo de implantação da Tarifa Zero no Município;**
- **Implantar sistema de moradia para acolher idosos em situação de vulnerabilidade e que não tenham residência e/ou possibilidade de residir com sua família, caso haja;**
- **Ampliar a oferta gratuita da pulseira de emergência, pelo SUS municipal;**
- **Dotar os CECONs de serviços clínicos e ampliar as políticas voltadas à qualidade de vida do idoso;**
- **Aumentar o número de Casa Dia para idosos diagnosticados com transtornos degenerativos, especialmente para atender aqueles cuja família não podem permanecer durante o dia;**
- **Aumentar oferta de vagas em Instituições de Longa Permanência (ILP);**
- **Fortalecer os programas de Internação Domiciliar (PID) e de Atendimento Domiciliar (PAD);**
- **Criar equipes de assistência social destinadas a visitar regularmente idosos que vivem sozinhos;**
- **Garantir, ampliar e aprimorar, com financiamento adequado e regular, recursos de custeio e investimento para o acesso da população idosa às políticas públicas e aos equipamentos, programas, projetos e serviços de assistência social, contemplando a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outras medidas;**

- Ampliar os recursos financeiros do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para a criação, melhoria e/ou ampliação de espaços de acolhimento, de convivência e de ações e serviços de proteção básica e proteção especial voltados às pessoas idosas;
- Implementar incentivo financeiro para a contratação de pessoas habilitadas para atuar cuidador de pessoas idosas, formal e informal, par acompanhamento de idosos sem autonomia e em situação de vulnerabilidade;
- Garantir programa de qualificação de cuidador de idosos, fornecendo treinamentos e um canal permanente de apoio e suporte técnico;
- Garantir orçamento para a implantação, implementação e manutenção Centros Especializados em Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, considerando as especificidades regionais e a necessidade de equipes multiprofissionais;
- Requalificar o Programa Acompanhante de Idosos (Pai), disponibilizando médicos e profissionais multidisciplinares;
- Destinar recursos específicos para a implantação de projetos de cultura, esporte e lazer para as pessoas idosas, de modo a promover sua integração, reabilitação e socialização;
- Reservar percentual mínimo para pessoas idosas entre as unidades habitacionais a serem construídas, preferencialmente àquelas com deficiência ou em condições de vulnerabilidade social;
- Garantir acessibilidade nos espaços e passeios públicos e privados;
- Criar condições para a pessoa idosa ingressar em programas de educação, associados à oferta de capacitações direcionadas para educação financeira, empreendedorismo, segurança doméstica, segurança alimentar, inclusão digital, arte, cultura, turismo etc;
- Promover, em parceria com os demais órgãos da rede de promoção e proteção dos direitos da pessoa idosa, ações e campanhas educativas, audiências públicas, palestras e mobilizações intergeracionais voltados à conscientização da sociedade sobre temáticas pertinentes aos direitos, valorização e dignidade da pessoa idosa.



PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

GARANTIA DE DIREITOS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Santos precisa ser acessível para todos, mas ainda não é. É a população com deficiência exige mais cuidados e atenção. Há urgência em ser um território inclusivo, com atenção à saúde especializada, um modelo comunitário de educação que privilegie a convivência entre as diferenças, programas assistenciais, oportunidades de cultura, esportes e lazer, direito ao pleno uso do sistema de transportes, um sistema viário e de deslocamento que atenda às especificidades da população, além de garantir a possibilidade de qualificação.

É fundamental que o novo governo municipal – e Telma reafirma esse compromisso – de definir como condição *sine qua non* o pleno empenho para o bem-estar, a dignidade, o cuidado, o respeito e as oportunidades para todos os cidadãos, indistintamente, em particular aqueles com deficiência.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para as PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

- Implementar uma rede de apoio comunitária a partir da ampliação e reorganização dos Serviços Residenciais Terapêuticos e Residências

Inclusivas, adotando os conceitos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegurando a oferta de cuidados em saúde e na rede socioassistencial;

- **Ampliar acesso a serviços de saúde especializados e de reabilitação;**
- **Implementar programas de detecção precoce e suporte contínuo;**
- **Capacitação dos atuais e criação de novos centros de acolhimento preparados para busca ativa e recepção de pessoas com deficiência, incluindo a psicossocial, oferecendo um abrigo seguro (com espaço para abrigar animais de estimação e pertences de trabalho), alimentação saudável, e acompanhamento adequado;**
- **Instituir o Código da Pessoa com Deficiência de Santos, reunindo, em uma só legislação, os direitos dessa população;**
- **Ampliar campanhas de conscientização sobre os direitos da população com deficiência, com foco na criação de um ambiente de respeito;**
- **Articulação com o Governo Lula para a realização de recursos para o desenvolvimento de projetos e programas do Novo Viver sem Limites, o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência;**
- **Fazer relatório sobre as condições atuais de acessibilidade e manutenção dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), e abrir processo administrativo para realizar as providências necessárias para adequação;**
- **Institui um plano de acessibilidade de todos os equipamentos públicos municipais, para execução a curto prazo, com supervisão dos órgãos de controle e fiscalização;**
- **Fazer a busca ativa da população com deficiência e o cadastro único de atendimento válido para todos os serviços municipais;**

- Ampliar as Residências Inclusivas;
- Retomar os serviços de Moradia Assistida, com apoio do PID e do PAD;
- Garantia de intérprete de Libras em todos os cursos de capacitação, técnicos e profissionalizantes oferecidos no Município;
- Capacitar as equipes multidisciplinares das policlínicas para qualificar o primeiro atendimento de saúde das pessoas com deficiência na Atenção Primária;
- Dispor de, ao menos, um equipamento de conversa assistida por unidade de saúde;
- Cumprimento integral da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- Realizar estudo, por parte da Companhia de Engenharia de Tráfego, para estabelecer a criação de vagas especiais para pessoas com deficiência, assim como de idosos, próximas aos equipamentos públicos;
- Propor legislação para combater eventual discriminação e maus tratos, em razão da deficiência, nos estabelecimentos comerciais e de serviços de Santos, aos moldes da legislação sobre a população LGBTQIAPN+;
- Abrir diálogo com conselhos de patrimônio das diferentes esferas de governo para buscar soluções de acessibilidade aos equipamentos tombados e históricos;
- Retomar a fiscalização do comércio sobre a acessibilidade;
- Na Educação, estabelecer um sistema com cadastro, mapeamento, laudo, atendimento psicopedagógico, clínico e terapêutico do aluno com deficiência;
- Fazer esforços políticos para que a Câmara Municipal aprove projeto de Telma enquanto vereadora que estabelece, ao menos uma vez por mês, a realização de sessão adaptada para autistas e outras acessibilidade visuais nos cinemas;
- Criar calendário de discussão e eventos nas vilas criativas sobre a temática das pessoas com deficiência;
- Promover eventos para empresas com o objetivo de levar a necessidade de qualificação para a inserção desse público no mercado de trabalho;

- Criação de academias e parques públicos com recursos de acessibilidade em todas as regiões da cidade;
- Garantir a oferta de vagas para todos os alunos com deficiência em escolas regulares e entidades subvencionadas, atendendo o número máximo por sala, e com diálogo permanente com os pais e/ou responsáveis;
- Criação de uma EJA diurno para pessoas com deficiência, podendo ser para outros públicos;
- Reserva parcial de bolsas de estudo para pessoas com deficiência;
- Fomentar nos equipamentos públicos de esporte, que atendem crianças com deficiência, a importância das modalidades paraolímpicas
- Abri canal permanente de diálogo com o CONDEFI para definir as suas prioridades;
- Manutenção e ampliação das equipes das unidades de saúde que atendem pessoas com deficiência;
- Garantir que nos CER haja a entrega de materiais específicos (bolsas de ostomia, ileostomia e sondas de alívio, OPM, etc), com oficinas ortopédicas e fornecimento de material;
- Promover a adaptação de unidades de saúde para que haja cadeiras ginecológicas, macas, mesas para exames clínicos e balança que atendam a mulher com deficiência física (cadeirante), bem como, quaisquer pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida;
- Garantir vagas em quantidade suficiente na Clínica Escola do Autista;
- Criação de uma equipe multidisciplinar (médico psiquiatra, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, etc), para atender as demandas das pessoas com deficiência na Área Continental;
- Capacitação dos profissionais operadores do transporte público municipal e do VLT, no sentido de respeitar as pessoas com deficiência que utilizam esse meio de transporte;
- Ampliação de instalação e manutenção de semáforos sonoros, bem como sua padronização, para facilitar a travessia das pessoas com deficiência visual;

- Criar o Sistema Municipal de Avaliação Unificada da Deficiência na perspectiva Biopsicossocial, em conformidade com o art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão;
- Organizar e implementar um programa de formação e habilitação equipes de pessoas avaliadoras das pessoas com deficiência na perspectiva biopsicossocial com a utilização do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM), com vistas a garantir o acesso unificado a todas as políticas públicas municipais em detrimento do laudo médico.

A SANTOS QUE A GENTE QUER NO FUTURO

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

FUNCIONALISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO

A porta de entrada do serviço público é o servidor. Quanto mais capacitado e estimulado, melhor vai ser o atendimento e a resolução dos problemas da população. Santos precisa de uma política de valorização dessa categoria, como aconteceu quando Telma de Souza esteve à frente da Prefeitura. Um exemplo foi o primeiro reajuste dado ao Funcionalismo, logo que assumiu o governo: cerca de 130% de aumento, reduzindo perdas acumuladas ao longo do tempo.

Até hoje, muitos servidores lembram da forma respeitosa com que Telma e seu governo trataram as equipes. Tudo a partir de um projeto de valorização, calçado em investimentos nos serviços públicos, autonomia e um projeto contagiante de desenvolvimento de toda a Cidade.

Nos últimos anos, como vereadora, Telma demonstrou todo o seu reconhecimento ao trabalho dos servidores. Criadora da Comissão Especial de Vereadores (CEV) de Valorização do Servidor, ela fez um diagnóstico sobre a defasagem na evolução das carreiras e apresentou à atual administração municipal, que fez um processo sem isonomia, privilegiando grupos distintos e com maior poder de organização e interferência

na gestão. Em uma de suas ações mais recentes, mobilizou a categoria para reunir as necessidades de reclassificação dos servidores, resultando na apresentação de uma série de emendas incluídas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

A valorização do servidor é uma parte da luta de Telma pela classe trabalhadora. A temática voltará a ser objeto de ação da Prefeitura, como aconteceu em 1993 com a criação de uma Secretaria Municipal do Trabalho, que agora será a Secretaria do Funcionalismo e das Relações de Trabalho, desenvolvendo ações e medidas para os que trabalham, ajudar os que querem trabalhar, seja os que perderam emprego, bem como os jovens em busca de seu primeiro trabalho.

As forças conservadoras que assumiram o comando do País desde 2016 promoveram uma verdadeira precarização das relações de trabalho, sendo necessário que, agora, todas as categorias encontrem ressonância e apoio do Poder Público Municipal, por meio da Casa do Trabalhador. Esse espaço vai atender todas as categorias profissionais, trabalhadores com carteira assinada ou não, sindicatos, podendo, inclusive, oferecer serviços para aposentados.

A cidade de Santos vai passar a contribuir para estancar e superar o processo da crescente desigualdade no Mundo, com o apoio do Governo Lula.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para o FUNCIONALISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Garantir a reclassificação para todos os grupos de servidores;
- Atualizar e implementar na íntegra o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Servidores de Santos;
- Promover levantamento de déficit de servidores por serviço, área e secretaria, para abertura de concurso público;

- **Fortalecer as instituições IPREV e CAPEP, inclusive com a nomeação de mais servidores;**
 - **Combater a precariedade do trabalho, os baixos salários e a ausência da representatividade sindical dos trabalhadores terceirizados em serviços municipais;**
 - **Combater as terceirizações como forma de dar mais garantia de trabalho e estabilidade aos servidores, contribuindo, assim, com uma solução para a manutenção do IPREV e da CAPEP;**
 - **Criar a Casa do Trabalhador para valorizar o mundo do trabalho que, apesar de toda tecnologia, da informática, do mundo digital, vem perdendo emprego e renda durante a vida laboral e quando se aposenta;**
 - **Criar a Secretaria Municipal do Funcionalismo e das Relações de Trabalho;**
- Reavaliar contratos vigentes, renegociando altos custos;
 - Manutenção permanente dos equipamentos públicos, proporcionando melhores condições de trabalho;
 - Informatização total das unidades municipais;
 - Rever a Reforma da Previdência, as regras e impactos nas futuras aposentadorias dos servidores;
 - Abrir diálogo com os servidores para adequar o Código de Ética;
 - Possibilitar que anualmente os servidores ativos e inativos tenham acesso às negociações;
 - Readequar salários e competências dos cargos;
 - Criar instrumentos mais eficazes de participação dos servidores, aposentados e pensionistas, ampliando a participação nos conselhos, formação específica dos conselheiros;
 - Criar Informativo sobre o IPREV e a CAPEP a ser enviado à residência de aposentados e pensionistas, em linguagem didática apresentando dados contábeis;

- Encontros periódicos com aposentados e pensionistas;
- Criar instrumentos mais eficazes de participação dos servidores ativos e aposentados na gestão da CAPEP, ampliando o número nos conselhos, formação específica dos conselheiros, além de encontros periódicos;
- Nomear e dar posse aos aprovados em concurso público para cobrir cargos vagos do quadro permanente, por aposentadorias, exonerações e falecimentos;
- Ampliar programa de qualidade de vida do servidor, reduzindo afastamentos no trabalho e promovendo bem-estar;
- Reajuste salarial pela inflação com reposição de perdas derivadas do aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores e de anos anteriores;
- Correção do valor do Auxílio Alimentação e da Cesta Básica, com extensão do benefício a quem tem o segundo registro funcional, servidores ativos e inativos e de autarquias e fundações municipais;
- Imediata homologação de todos os concursos públicos realizados e criação de cargos em número suficiente para suprir a necessidade dos serviços públicos em todas as áreas;
- Adequar a tabela de Progressão funcional e Quinquênio;
- Apoiar a indicação de lista tríplice, em eleição feita pelos servidores, para assumir a CAPEP e o IPREV, inclusive encaminhando projeto de mudança da legislação;
- Revogar itens não obrigatórios na Lei Complementar 1139/21 (IPREV), que diminuiu a remuneração e aumentou a idade mínima para aposentadoria, sem consulta ao conjunto dos servidores municipais de Santos;
- Revogação as alterações sobre o Adicional de Titularidade.
- Oferecer incentivos fiscais para empresas que empreguem PCDs;
- Programas de desenvolvimento pessoal e profissional contínuo para PCDs.

A SANTOS QUE A GENTE QUER NO FUTURO

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

MORADIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A política habitacional de Santos, estruturada nos anos das duas administrações democráticas e populares (1989 a 1996), hoje não é nem sombra do que já foi, com a maior entrega de habitações ao longo de um único governo. A produção habitacional é lenta, excludente e, muitas vezes, manipuladora, pois usa de cooptação de lideranças de movimentos sociais para o processo de tomada de decisão em nível do Conselho Municipal de Habitação. A maior obra de habitação social nos últimos anos, construída pela Cohab Santista, o Conjunto Tancredo Neves 3, em São Vicente, é resultado de um processo que expulsou moradores de baixa renda da cidade de Santos, forçando-os ir para uma localização carente de serviços públicos e atendida por um transporte público deficitário. Isso é simbólico do processo de exclusão social motivado pela especulação imobiliária e pela falta de política pública voltada ao atendimento do direito à moradia pelas populações socialmente vulneráveis.

Mas há outras situações graves, como a proposital lentidão em produzir moradias em áreas centrais, com o fracassado Alegria Centro Habitação, que resultou na expulsão de famílias moradoras de cortiços, e a relutância em construir nas áreas da chamada Tripa, cedidas desde 2011 pelo Governo Dilma, assim como na área remanescente da Vila Santa

Casa, na Encruzilhada. Somente agora, com parceria com o Governo Lula, por meio da SPU e do PAC, que empreendimentos no Jabaquara estão sendo encaminhados, e em apenas uma das três áreas da Tripa, na Zona Leste.

Na Zona Noroeste, acena-se com um projeto de apenas 60 unidades para o Dique, projeto Parque Palafitas, em área onde havia a comunidade da Vila Butantã, removida justamente pelo Santos Novos Tempos, onde o zoneamento municipal não permite moradia popular. Para o São Manoel, prevê-se mais remoções, sem participação da comunidade nos projetos e com retrocesso na recuperação ambiental do manguezal. Propõe-se o mesmo modelo de moradias sobre palafitas do Parque Palafitas, que certamente terá alto custo e vai impossibilitar a recuperação do manguezal.

Ao reduzir grande parte da ZEIS 2 da Prainha do Ilhéu, na última revisão da Lei de Uso do Solo, em 2022, reduziu-se a capacidade de atendimento das famílias a serem removidas do São Manoel, em área muito próxima, para proteger os interesses dos proprietários da gleba, no Chico de Paula. Sobre a efetiva urbanização de toda aquela área, despoluição e recuperação do Rio dos Bugres nada mais é falado, mesmo tratando-se de uma das maiores vulnerabilidades sociais de Santos e da Baixada Santista.

Também, a Vila Alemoa continua esquecida, pressionada pelo poder econômico e pelas remoções do projeto de macrodrenagem da entrada da Cidade, sem que se proponha uma solução habitacional, com participação da população. Caso semelhante ocorre com a Vila Pantanal, cuja área-pulmão para construção da segunda etapa do conjunto habitacional da CDHU foi loteada por forças paralelas, durante o governo anterior, impossibilitando remoções temporárias durante a construção do novo empreendimento.

A única possibilidade de obter área-pulmão é a ZEIS 2 da Rua Maria Mercedes Féa, de propriedade privada, objeto de IPTU Progressivo, graças à insistência da equipe técnica de Planejamento Urbano. A Vila dos Criadores, pressionada pela proposta de ampliação da Poligonal do Porto, tem recebido alguma atenção, após anos de abandono, graças à ação do Juízo da 1ª Vara da Fazenda, mas está ameaçada pela ampliação da poligonal do Porto.

Os dois empreendimentos em construção na Zona Noroeste, o Prainha 1 (no sopé do Morro do Ilhéu) e o Bananal da Caneleira, estão ocorrendo graças ao apoio da SPU, que cedeu terrenos de marinha ao Município. Mas outras áreas de ZEIS 2, na Caneleira, viraram estacionamentos de caminhões e desperdiçam a possibilidade de novos empreendimentos.

Nos Morros, o único projeto habitacional a atender de forma insuficiente às famílias em risco, o Santos R, da CDHU, no Nova Cintra, também se arrasta há mais de uma década, com unidades entregues a conta-gotas. A velocidade da regularização fundiária urbana, tanto nos Morros, como na Zona Noroeste e na Área Continental é lentíssima, graças à não implementação do Plano Municipal de Regularização Fundiária, de 2014. A equipe, embora capaz e comprometida, é muito reduzida e dispõe de poucos recursos. Também falta mais apoio para regularização de áreas de classe média em terrenos de marinha, na Zona Noroeste, como São Manoel, Bom Retiro, Rádio Clube e Santa Maria. Isso sem contar que recursos financeiros contratualmente destinados à gestão e regularização pela SABESP não chegam à sua destinação final, inviabilizando a universalização dos serviços prevista em contrato desde 2015. São mais de R\$ 2 milhões por ano (0,53 % do lucro líquido da SABESP), repassados e não aplicados enquanto a população mais vulnerável vê seus problemas aumentarem ano após ano.

O ápice do descompromisso com a política habitacional ocorreu em 2023, quando duas das áreas de ZEIS 2, na Tripa, em plena Av. Ana Costa, foram adquiridas por leilão da SPU, durante o governo Bolsonaro. Não fosse a mobilização de entidades e a ação da Defensoria Pública, essas áreas já estariam ocupadas com outras atividades. Por isso é tão importante o futuro governo articular a alteração de uso dessas áreas.

É imperativa a reestruturação da política habitacional, com a democratização do Conselho Municipal de Habitação, maior participação de representantes das comunidades nos projetos e ampliação da destinação orçamentária municipal nos projetos. Também é fundamental articular essa política com a política urbana, melhorando a eficiência dos instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade, regulamentados no Plano Diretor

e na Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo na Área Insular, direcionando mais recursos para o financiamento da política habitacional.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para HABITAÇÃO:

- Reestruturar a Política Habitacional do Município;
- Articular a Política Habitacional com a Política de Desenvolvimento Urbano, conforme a Lei Federal 257/2001 (Estatuto da Cidade) para melhorar a eficiência dos instrumentos urbanísticos e jurídicos contidos na citada lei, no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santos;
- Criar a Secretaria Municipal de Habitação, na perspectiva de articulação entre secretarias municipais e com instituições voltadas à produção habitacional, para dar maior resolutividade da intervenção da Prefeitura no setor;
- Direcionar mais recursos financeiros (FINCOAP) para produção habitacional de Interesse Social e de Mercado Popular e para regularização fundiária, com vistas a acelerar esses processos;
- Adotar resoluções da 7ª Conferência da Cidade relacionadas aos critérios de distribuição das unidades habitacionais produzidas, com observação de proporcionalidade entre todos os segmentos: demanda dirigida, áreas de risco, pessoas sem filhos e movimentos de moradia;
- Ampliar investimentos e a atuação da Defesa Civil, como forma de evitar catástrofes e estabelecer condições de moradia dignas, promovendo ações para evitar deslizamento de encostas de morros habitados e inundações de bairros em diversas regiões da cidade por deficiência de drenagem;

- Na Área Central, substituir os programas habitacionais fracassados, como o Programa de Ação em Cortiços, Alegria Centro Habitação, Programa de Reabilitação da Área Central por propostas que preservem imóveis de interesse e ao mesmo tempo priorizem a produção de Empreendimentos de Interesse Social, atendendo o que estabelecem o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Na área da Tripa e em outras, como a da antiga Vila Santa Casa, dar solução habitacional agilizando os meios para implantação de Empreendimentos de Interesse Social (EIS) e de Mercado Popular (MP);
- Avançar com a parceria estabelecida com o Governo Lula, através do SPU, para construção, no bairro do Jabaquara e em áreas da Tripa, Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EIS) e de Mercado Popular (MP);
- Não aceitar alteração de uso das áreas da Tripa delimitadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), inclusive as que foram vendidas, agindo para que sejam direcionadas para Empreendimento de Interesse Social e de Mercado Popular, conforme estabelece a legislação municipal;
- No Jardim São Manoel, discutir e pactuar com a população residente soluções com a população envolvida nas remoções previstas, buscando saída sustentável do ponto de vista social e ambiental;
- Recuperar e devolver para sua função social as áreas de ZEIS que foram suprimidas na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2022, e com isso aumentar a quantidade de terra disponível para atender famílias que venham a ser removidas do Jardim São Manoel;
- Na Vila dos Criadores, discutir e pactuar soluções com a população residente, hoje pressionada pelo aumento da poligonal do porto;
- Dar solução para a Vila Alemoa, historicamente pressionada pelas empresas vizinhas e recentemente pelas remoções do projeto de macrodrenagem da entrada da Cidade, com necessidade de discussão e pactuação com a população;

- Na Vila Pantanal, viabilizar a construção da segunda etapa do Conjunto Habitacional da CDHU na Vila Pantanal. Para isso é preciso solucionar o problema de disponibilidade de área para remoções temporárias. A solução para abrigo temporário encontra-se em área próxima, localizada à Rua Maria Mercedes Féa, demarcada como ZEIS 2 e objeto de Aplicação do PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória). Para isso o governo municipal terá que acelerar os trâmites burocráticos para obtenção da área;
- Nos Morros, pressionar o Governo do Estado para acelerar a produção habitacional de interesse social nos Morros, como também a concluir empreendimento cuja execução se arrasta há anos, a exemplo do Santos R, da CDHU;
- Elaborar e executar programa habitacional para população em situação de rua, discutido e pactuado com representantes do segmento;
- Para Regularização Fundiária, acelerar o processo de universalização dos serviços de saneamento, com aplicação dos recursos financeiros repassados pela SABESP (previstos no contrato de concessão de 2015);
- Acelerar o processo de regularização fundiária nos Morros, na Zona Noroeste e na Área Continental, com implementação do Plano Municipal de Regularização Fundiária de 2014;
- Regularizar áreas de classe média que ocupam terrenos de marinha, localizados na Zona Noroeste (São Manoel, Bom Retiro, Radio Clube e Santa Maria, através da instauração da REURB (E), como prevista na Lei 13465/2017;
- Formar banco de terras municipais com os instrumentos do Plano Diretor, utilizando áreas da Vila Mathias e Vila Nova que se encontram ociosas;
- Criar um banco de imóveis municipal para catalogar e gerir propriedades desocupadas, facilitando a regularização da situação em caso de ocupação ou revitalização, de forma transparente e eficiente.

A SANTOS QUE A GENTE QUER NO FUTURO

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

MEIO AMBIENTE E CRISE CLIMÁTICA

Será que Santos está preparada para enfrentar os desafios climáticos que se prenunciam? Acreditamos que não, pois os instrumentos de planejamento inexistem e privilegia-se ações pontuais, fragmentadas e de curto alcance. Ainda pior, algumas leis recentes, como a de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo na Área Insular (Lei Complementar nº 1.187/2022) vão na contramão do planejamento climático e, em alguns casos, como no controle da construção de subsolos em áreas suscetíveis a alagamentos, a Cidade regrediu em relação às versões anteriores.

Apesar de Santos contar com Planos de Mudança do Clima, de Recuperação da Mata Atlântica e de Ação Climática, construídos com participação de especialistas, uma agência internacional e apoio do Ministério do Meio Ambiente, algumas discussões envolvendo as universidades da Baixada Santista, diversas questões estão muito atrasadas. Uma dessas questões diz respeito à exposição dos moradores de encostas e das palafitas aos desastres climáticos estão absolutamente em aberto, por não terem sido implementados os planos existentes, pela lentidão da política habitacional e pelo descontrole da ocupação desses territórios.

Na mesma toada vai a proteção das praias e suas infraestruturas, que envolve a adaptação aos efeitos do aumento do nível do mar e o aumento da frequência de ressacas sobre os bairros mais populosos da cidade. As ações na orla não passaram da instalação dos geobags na Ponta da Praia, em 2018, projeto piloto que parece ter se tornado definitivo e que se encontra sem manutenção, sem que sua aplicação em outras áreas da orla seja avaliada, complementada ou substituída por tecnologia mais adequada.

Há uma ausência de solução para a cada vez mais frequente operação de retirada de areia acumulada entre os canais 1 e 3, para transporte para as outras praias, que sofrem com os impactos da redução da areia, a cada ressaca, dificultando o acesso à faixa de areia e ampliando as despesas com o pagamento à empresa privada que realiza este serviço.

Principalmente os graves problemas de gestão da macrodrenagem chamam atenção, tanto na Zona Noroeste, onde ela é mais crítica pelo fracasso do Santos Novos Tempos, como na Zona Leste, Morros e bairros da Área Continental. Na prática, as poucas intervenções de macrodrenagem, como na Avenida Haroldo de Camargo e a na Vila Alemoa têm servido para remoções das famílias pobres das comunidades para outras localizações, com perda de vínculos familiares e aumento do custo de vida pelas novas condições de moradia. Trata-se de intervenções descoordenadas, muitas vezes pontuais e que não vêm apresentando os resultados esperados e propagandeados há anos.

Só agora anunciam-se obras de drenagem para a entrada da Cidade, na bacia do Rio Lenheiros e que pretendem reduzir os transtornos naquela importante artéria viária, já na Avenida Nossa Senhora de Fátima resta o silêncio e a certeza do descaso. Principalmente descaso em relação ao Plano Municipal de Saneamento Básico que definiu metas, dentre outras, para o esgotamento sanitário e drenagem urbana. Inclui-se aqui a relação com o Conselho Municipal de Saneamento Básico, criado em 2016, cuja atribuição, dentre outras, é avaliar e revisar os serviços públicos de saneamento básico no Município.

Os canais seguem sendo os maiores veiculadores da poluição das praias e embora sejam um dos símbolos da Cidade, não merecem a atenção necessária, pois há décadas recebem

esgotos das áreas dos morros do Jabaquara, São Bento (em parte), Fontana e Monte Serrat (em parte) e do Jabaquara e Vila Mathias. Além da contaminação, todo o sistema demanda revisão das cotas de operação e capacidades de reservação, em face do aumento do nível do mar. Também demandam proteção contra os efeitos das ressacas, na faixa de areia, onde as estruturas centenárias de cantaria, tombadas pelo CONDEPHAAT estão a se desintegrar, principalmente entre os canais 3 e 6.

A contaminação dos canais é reflexo da má gestão do contrato da Sabesp, em parte por omissão do poder concedente. A própria Sabesp é responsável pela contaminação das praias e do estuário, devido à má manutenção do sistema de esgotos, já bem antigo, incompleto e com problemas técnicos em áreas como nos Morros e Zona Noroeste, na Vila Mathias, Jabaquara e parte do Campo Grande. O sistema é inexistente na Área Continental, que aguarda há mais de uma década uma estação de tratamento para o Caruara.

Com a privatização da Sabesp, esta relação tende a ficar mais precária e o problema certamente vai aumentar. Nos Morros e na Zona Noroeste, essa má gestão do contrato pode ser comprovada pela omissão em cobrar da concessionária a correta operação das redes de água e esgotos em localidades tarifadas, o que resulta em poluição dos canais de drenagem como na Avenida Jovino de Melo e dos cursos d'água em locais como os Morros São Bento, Jabaquara, Saboó, Fontana, Marapé, dentre outros. Já os municípios são duplamente penalizados, pois são cobrados pelos serviços que são precariamente prestados.

No esgotamento sanitário, há ainda a operação apenas de um sistema ultrapassado de pré-condicionamento, que pouco reduz a carga de poluentes, que não retém fibras sintéticas que se soltam das roupas na máquina de lavar e que exporta os efluentes para um mar já saturado pra dar cabo dos coliformes fecais. Importante salientar que é atribuição do Poder Público Municipal (e não da empresa) determinar o tipo de destinação do esgoto.

A gestão dos resíduos urbanos deu um passo para trás, ao apoiar a implantação do incinerador na Área Continental, ao invés de aumentar o estímulo a formas mais sustentáveis de destinação final e de redução da produção e de reciclagem e reuso de Resíduos Sólidos Urbanos. A proposta de PPP para o sistema mostra com clareza a política municipal que deseja se retirar quase completamente da gestão do sistema em benefício de grupos econômicos, o que resultará em aumentos significativos dos custos para a Administração e para os cidadãos, bem como em redução da geração de empregos, rendas e impostos advindos do aumento da reciclagem de materiais que passarão a ser descartados e incinerados, gerando poluição e desperdício, inclusive afetando a qualidade das águas da bacia do Rio Jurubatuba, caso o incinerador seja implantado.

Há que se ressaltar que a reciclagem em Santos tem atualmente os mesmos índices da década de 1990, quando foi implantada nos governos petistas, ou seja, entre 6 e 7%, apenas. Lembrando que, àquela época, tratava-se do início desse processo. Cabe aqui citar mais uma vez o Plano Municipal de Saneamento Básico que definiu metas também para a Gestão de Resíduos Sólidos. Plano que apontou um potencial de material reciclável que poderia gerar renda e beneficiar o meio ambiente com gestão adequada.

Dentre outras ações, para efetivar a coleta seletiva, o documento apontou que a coleta deveria ser ampliada, que seria necessária a implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), instalação de galpões para triagem, etc. Quase 15 anos depois, a coleta seletiva continua ocorrendo apenas uma vez por semana. E pior, com caminhão compactador que inviabiliza grande parte dos resíduos coletados. Não foi implantado nenhum PEV e o sistema permanece com apenas um galpão de triagem. E como se pode constatar, antes de executar as ações apontadas no amplo estudo, a única solução para a gestão de resíduos foi a aposta equivocada na instalação de um incinerador, poluente e cancerígeno, na Área Continental, próximo a importante manancial hídrico, o Rio Jurubatuba.

Os equipamentos públicos como o Jardim Botânico Chico Mendes e o Parque Zoobotânico Orquidário Municipal, além do Aquário Municipal, estão em precárias condições de

manutenção, mesmo com ingresso pago, no caso do Aquário e Orquidário, e os recursos das bilheterias sendo repassados ao Fundo Municipal dos Parques. Também há pouco apoio à educação ambiental, seja nos próprios equipamentos públicos, seja na organização de campanhas para a despoluição das praias, aumento da separação de recicláveis, da arborização urbana, de maior limpeza de canais, dentre outras. O mais danoso para a percepção do público que estes parques são equipamentos onde deveria ser realizada uma parte significativa da política ambiental é o desvio de finalidade, pois o Orquidário passou a abrigar, como um depósito, equipamentos pesados e funcionários do setor de manutenção da Secretaria de Serviços Públicos e o Jardim Botânico perdeu parte de suas instalações administrativas para sediar um hospital veterinário público para pets.

Educação Ambiental que também consta como meta no Plano Municipal de Saneamento Básico. Lembrando ainda a ausência de um viveiro de mudas no Jardim Botânico. Viveiro que existia na época que ainda era Horto Municipal, e que deixou de existir quando foi promovido pra Jardim Botânico.

Outra situação que chama atenção foi o fato da COPAISA (Coordenadoria de Paisagismo) ter sido transferida há anos da SEMAM para a Secretaria de Serviços Públicos, estando hoje na Secretaria das Sub-Prefeituras. Aliás, a arborização urbana tem sido alvo de inúmeras críticas pela população. Arborização essa, que é fundamental para amenizar o clima de uma cidade extremamente impermeabilizada e verticalizada. Tão importante que deveria ser tratada como Política de Estado, com um Plano Diretor de Arborização Urbana estabelecendo todas as regras. Um Plano com uma dotação específica para atender todas as demandas e com transversalidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Edificações e demais secretarias.

Um importante instrumento de gestão de impactos ambientais, o Estudo de Impacto de Vizinhança, desde 2017 vem sendo utilizado de forma distorcida, para destinar recursos, serviços e equipamentos para outras políticas públicas, desistindo-se de utilizá-los para a gestão dos impactos de vizinhança nas áreas de influência de empreendimentos,

sobretudo portuários. Estima-se que mais de R\$300 milhões foram direcionados a medidas compensatórias desses impactos, em áreas que não têm nada a ver com a vizinhança afetada. Trata-se de uma distorção arriscada e irresponsável, pois ao se abrir mão de direcionar recursos para a proteção das vizinhanças, pode-se expô-las aos riscos das atividades. Portanto, é necessário corrigir com urgência essa prática, seja com adequações na legislação, seja com maior controle social.

Quando avaliamos os instrumentos de planejamento existentes, como o Plano de Ação Climática, o Plano de Mata Atlântica, o arcabouço da legislação ambiental e os recursos orçamentários hoje disponíveis, os indicadores ambientais deveriam mostrar permanente melhora, mas não é isso o que ocorre. O desmantelamento do sistema de governança e de controle social, materializado no esvaziamento do CONDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) e mesmo do recém-criado Conselho Municipal de Saneamento, demonstram que a preocupação ambiental e com as mudanças climáticas deixa muito a desejar. Somente esse descaso para entendermos a contradição entre a existência de um Plano de Ação Climática e, simultaneamente, o apoio à instalação de equipamento altamente poluidor como um incinerador de resíduos, ou de um Plano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e o descaso com o controle da ocupação das encostas nos morros da área insular, com o aterramento irregular dos mangues e do apoio à novas instalações portuárias e retroportuárias na Área Continental. Mesmo os indicadores de poluição crescentes das praias também está a confirmar que as atuais administrações pouco se importam em reverter a deterioração ambiental existente em Santos.

Os principais contratos de resíduos migraram da SEMAM (Secretaria de Meio Ambiente) para a SESERP (Secretaria de Serviços Públicos) mesmo sendo explícita pela lei federal 12.305 do ano de 2010 que a Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional de Meio Ambiente. Também a gestão do contrato com a SABESP não merece qualquer atenção especial da SEMAM, como um setor específico ou mesmo um Departamento, como é usual em municípios de porte semelhante. Enfim, o desprestígio da

política municipal de meio ambiente dá espaço para o improviso, a falta de planejamento e mesmo de controle e fiscalização na execução dos serviços públicos ou com temas como mudanças climáticas e conservação da Mata Atlântica e despoluição dos canais e das praias santistas. Fragilizada, a SEMAM assume o licenciamento ambiental no município. Fato que deveria, ao contrário, torná-la mais forte ampliando o quadro de fiscais e de uma equipe de técnicos multidisciplinar. E mais: licenciamento que deveria ser previamente submetido ao COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente). Em casos específicos, também à Câmara Municipal de Santos.

Com esse planejamento, pretendemos tornar Santos, a cidade da preservação e da recuperação ambiental.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para MEIO AMBIENTE E CRISE CLIMÁTICA:

- **Requalificar os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Saneamento Básico como órgãos democráticos e paritários, que garantam o efetivo acompanhamento e controle social das referidas políticas públicas, priorizando a discussão de pautas estratégicas como a elaboração, acompanhamento e fiscalização de Planos, Programas e Projetos públicos, bem como licenciamento e fiscalização de empreendimentos de significativo impacto ambiental;**
- **Reabrir a discussão sobre a lei que estabelece o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo na Área Insular (aprovada em 2022) e também a lei de Ordenamento da Área Continental (em tramitação na Câmara Municipal), para retirada dos dispositivos que conflitam com o que dispõem as leis municipais de enfrentamento à crise climática;**
- **Reestruturar o sistema de coleta de resíduos, implantando a coleta tripartite, incluindo os resíduos orgânicos e viabilizando a**

compostagem. Ampliar a coleta seletiva porta a porta para ao menos dois dias semanais, viabilizando inclusive a contratação direta de cooperativas e associações de catadores para a prestação de tais serviços onde possíveis e reduzir a frequência da coleta de resíduos comuns, após os necessários estudos e campanhas de divulgação;

- Elaborar e implementar Plano Municipal de Arborização Urbana, garantindo a ampliação da arborização das vias, praças, parques e áreas públicas, bem como o adequado manejo das espécies arbóreas, priorizando as espécies nativas do bioma Mata Atlântica e incluindo a fiscalização dos serviços de plantio, poda e manutenção. Viabilizar a criação de viveiro municipal de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais de forma a garantir o fornecimento, a pesquisa e ações de educação ambiental, dentre outras;
- Priorizar a implementação e acompanhamento dos Planos Municipais de Ação Climática, de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, de Saneamento Básico, de Gestão de Resíduos Sólidos e outros, de suas respectivas metas, articulações e demandas, ouvidos os Conselhos Municipais e respectivos órgãos de assessoramento;
- Posicionar-se contra a instalação de cavas subaquáticas de resíduos químicos no estuário, as usinas de incineração de resíduos sólidos, termoelétricas e a operação de navios-bomba na região;
- Atuar para a votação do projeto de lei proposto por Telma, enquanto vereadora, que proíbe a instalação de incineradores para os resíduos sólidos gerados em Santos, inclusive a destinação desses resíduos para serem incinerados, mesmo em outras localidades;
- Fortalecer a Defesa Civil, integrando-a na promoção de ações para evitar catástrofes, e prepará-la para agir nessas circunstâncias;

- Recuperação da Balneabilidade das Praias e Canais Limpos;
- Drenagem para prevenir inundações por chuvas e elevação da maré;
- Investir em uma política de forte ampliação de áreas verdes em todos os bairros;
- Eliminar áreas de risco com medidas de engenharia;
- Mais transporte coletivo e de frotas menos poluentes, seja de ônibus, bem como dos veículos que trafegam no Porto;
- Exigir rigor dos órgãos ambientais e monitorar emissões no Porto, seja pelos navios como pelas operações nos terminais;
- Melhorar a segurança com atividades portuárias de riscos, cujas necessidades são comprovadas por explosões e incêndios em terminais como na Alemoa e outros em que ocorreram em anos recentes;
- Garantir saneamento com 100% de coleta de esgotos em todas as habitações, mesmo as tidas como precárias, e seu tratamento;
- Programa de prevenção de impactos de eventos extremos climáticos e de eventos decorrentes do uso e funcionamento inadequados e predatórios do solo e de atividades econômicas;
- Reestruturar a SEMAM, com contratação de funcionários concursados para reforçarem as atividades de Planejamento Ambiental, Fiscalização, Educação Ambiental, Recursos Hídricos, Mudanças Climáticas, Saneamento Básico (aí incluídos seus quatro componentes: água, esgotos, resíduos e drenagem), dentre outras;
- Recriar o Departamento de Saneamento Básico, na SEMAM, com funcionários públicos concursados e qualificados para garantir e exercer a efetiva gestão e planejamento dos serviços municipais de saneamento e dos contratos e atuação das concessionárias de água, esgotos, resíduos e drenagem, acompanhamento dos Planos Municipais de referência e o cumprimento de metas de qualidade ambiental deles derivados, dentre outras atividades;
- Retomar o Programa Canal Limpo, Praia Limpa, exercendo a fiscalização da atuação da concessionária de águas e esgotos, das ligações domiciliares de esgotos, da operação

das comportas e sistemas de drenagem, das atividades portuárias, de forma a viabilizar a despoluição permanente dos canais e das praias;

- Iniciar estudos junto à concessionária de águas e esgotos para implementar futura estação (ou estações) de tratamento dos esgotos, substituindo o atual sistema de pré-acondicionamento e exportação de efluentes;
- Ampliar a atuação do laboratório municipal de balneabilidade para que passe a realizar também a verificação da qualidade das areias praias. Viabilizar parcerias com universidades, como a UNISANTA, para instituir sistema de previsão da balneabilidade e qualidade das águas e assim ampliar a confiabilidade das informações aos banhistas e usuários;
- Restabelecer a destinação correta dos recursos financeiros oriundos de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), deixando de utilizá-los em políticas públicas alheias às áreas e populações impactadas, como tem sido feito, para investir nas áreas de influência dos empreendimentos;
- Executar levantamento e avaliação dos problemas, assim como tomada de medidas cabíveis frente as precárias condições de manutenção do Parque Zoobotânico Chico Mendes, do Orquidário e do Aquário. Retirar do Orquidário e do Jardim Botânico todas as atividades e equipamentos de outras secretarias que não estejam relacionados com a missão de cada parque;
- Vincular a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Parques, estimado em R\$ 400 mil por ano, exclusivamente à manutenção e funcionamento dos parques municipais, priorizando ações e equipamentos utilizados para a Educação Ambiental;
- Equipar os parques com pessoal concursado e capacitado para exercer as funções previstas nos respectivos planos de manejo;
- No sistema de transporte, torna-lo sustentável, incentivando o transporte público, como ônibus elétricos ou trólebus;
- Aumentar as ciclovias e incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte;

- Na Gestão de Resíduos, promover a coleta seletiva e a reciclagem, criando pontos de coleta para resíduos eletrônicos e produtos químicos, além de incentivar a redução do uso de plásticos descartáveis e embalagens;
- Com relação a áreas verdes e a biodiversidade, ampliar áreas de parques e preservar espaços naturais e incentivar projetos de arborização urbana e hortas comunitárias, bem como proteger espécies nativas e criar corredores ecológicos
- Para a Eficiência Energética, promover a instalação de energia solar em prédios públicos, incentivar a eficiência energética em edifícios através de certificações ambientais e implementar políticas de redução do consumo de energia em repartições públicas;
- Do ponto de vista da Educação Ambiental, propõe-se introduzir a educação ambiental nas escolas e comunidades; realizar campanhas de conscientização sobre consumo consciente e preservação ambiental; e organizar workshops e eventos educativos sobre práticas sustentáveis;
- Para uma boa e eficiente Gestão Hídrica, deve-se promover o uso consciente da água através de campanhas educativas, investir em sistemas de reuso de água em edifícios públicos e implementar projetos de recuperação de nascentes e proteção de mananciais;
- Implementar políticas de planejamento urbano sustentáveis que privilegiem o transporte coletivo e a acessibilidade a pé e de bicicleta;
- Criar incentivos fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis;
- Especificamente para o Meio Ambiente, criar novos destinos para os Resíduos Sólidos Orgânicos com fornecimento de composteiras e orientação técnica para compostagem; criação de Centrais de Processamento dos Resíduos da Coleta Seletiva de Orgânicos;
- Fomentar o estabelecimento de empreendimentos com compostagem e biodigestão;
- Produzir material informativo por meio de parcerias com as universidades para divulgar a quantidade de material reciclado coletado pelos grupos de catadores dos municípios da Baixada Santista, bem como os processos de separação e destinação praticados por esses grupos, a fim de envolver a sociedade local na valorização e cooperação com este trabalho.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Santos conta com uma política municipal de fomento à economia solidária, denominada EcoSol Santos. A legislação é de autoria de Telma de Souza, enquanto vereadora, e tem o objetivo de contribuir na integração das estratégias de combate à desigualdade, inclusão socioeconômica e desenvolvimento locais com distribuição equitativa e gestão autônoma e democrática.

Conceitualmente, a economia solidária é um “conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão, como produção, serviços, distribuição, consumo, poupança e crédito”. Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas com autogestão, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização coletiva da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade e pela reciprocidade. Os grupos autogestionários de artistas que dão vida à cultura dos territórios onde atuam para superar a padronização, uniformização cultural, também integram a economia solidária.

Nesse sentido, há necessidade da Política Municipal ser complementada. Isso porque dois instrumentos fundamentais e que garantem a aplicação do programa Ecosol, foram vetados: o Conselho do Fundo Municipal de Economia Solidária e o Centro Público. Ambos foram idealizados na legislação pelo Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, que reúne os principais especialistas do segmento. E, por isso, a Coligação, adota como propostas os estudos do Fórum, que versam, sequenciamento, por Legislação, Estímulo à Economia Local e Segurança Alimentar, Educação para Economia Solidária, Apoio aos Povos Originários, Meio Ambiente e Participação Popular.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para a ECONOMIA SOLIDÁRIA:

- Consolidar o Programa de Economia Solidária no Município, com dotação orçamentária compatível;
- Implantar um Centro Público de Economia Solidária, vetado na lei de Telma que instituiu o Programa, para assessorar nos aspectos técnicos, organizacionais e de mercado, as cooperativas, associações e grupos informais, com atividades permanentes que intencionam a formalização, proporcionando capacitação e apoio no desenvolvimento de tecnologias sociais;
- Criar o Conselho Municipal de Economia Solidária, com formação paritária, que possa assegurar a participação e o controle social sobre as políticas públicas de fortalecimento da economia solidária;
- Criar o Fundo Municipal de Economia Solidária, também vetado, como fonte permanente para o financiamento dos projetos dos empreendimentos econômicos solidários, incluindo custeio e formação continuada;

- **Apoiar a incorporação de catadores e catadoras que trabalham individualmente nas ruas da Cidade às associações e/ou cooperativas de catadores materiais recicláveis autogestionárias, para integração com as políticas públicas de coleta seletiva e de logística reversa;**
- Implantar serviços na rede de atenção psicossocial para que usuários, por meio da reabilitação, se dediquem à construção e organização coletiva para a geração de renda e trabalho, com base nos processos da economia solidária;
- Desenvolver programa de apoio a egressos do sistema prisional para que trabalhem em grupos de economia solidária;
- Identificar as iniciativas econômicas solidárias já existentes e apoiá-las, seja com agricultores familiares, movimentos negros, pescadores, indígenas, mulheres, LGBTQIAPN+, sejam grupos informais ou formais;
- Estabelecer parcerias e convênios com universidades, institutos de tecnologia e órgãos de pesquisa e extensão dos governos federal e estadual para fortalecer os empreendimentos econômicos solidários e iniciativas econômicas solidárias;
- Trabalhar para a realização de um levantamento da população em situação de rua, considerando censos realizados, dados de diversas fontes sobre populações em estado de vulnerabilidade e atualizá-los;
- Garantir que os profissionais que atuam na rede de assistência social passem por processos de sensibilização e formação em economia solidária;
- Adoção de projeto municipal de renda básica associado a um banco municipal - e respectiva moeda social - com conselho paritário entre poder público e população. O objetivo central é estimular a produção local com prioridade para a defesa do meio ambiente, o combate à desigualdade social, com a geração de postos de trabalho e renda;
- Apoiar os entregadores e condutores de veículos para o cooperativismo digital com apoio para elaboração e gestão de aplicativos;
- Viabilizar áreas e espaços públicos para que os empreendimentos econômicos solidários possam operar;

- Promover eventos, feiras e implantar espaços de comercialização de produtos e serviços da economia solidária;
- Implantar o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para atender as cadeias de produtos de origem animal. Após a implementação do SIM, fazer a adesão ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - e SISBI-POA, para poder comercializar para todo o País, levando o nome do Município e atraindo riquezas;
- Criar lei que possibilite a compra direta de pescado pelos estabelecimentos vinculados ao SIM. Exemplo: restaurantes, bares e afins possam comprar diretamente dos pescadores artesanais;
- Implantar uma política de contratação de cooperativas de trabalho para a realização dos serviços necessários à Municipalidade, notadamente dos catadores de materiais recicláveis, serviços e empreendimentos de apoio ao veranismo, como manutenção de banheiros e chuveiros. Não serão contempladas as "cooperativas-gato", que possuem verdadeiros proprietários, exploradores de mão de obra precarizada, que representam a antítese da EcoSol;
- Empenhar esforços para ampliar as frentes de utilização de grupos de economia solidária nos serviços contratados pelo poder público municipal (exemplos: lavanderia, serviços de alimentação, buffet, limpeza, fornecimento de itens manufaturados, como máscaras, aventais);
- Criar políticas públicas de prestação de serviços ao atendimento de crianças, idosos e pessoas doentes/acamadas, em apoio às mulheres cuidadoras, principalmente por meio de cooperativas de trabalho populares contratadas;
- Apoiar os grupos de cultura sejam musicais, de teatro, com valorização dos artistas da Baixada Santista com participação remunerada pelo poder público em eventos;
- Estimular a produção de alimentos em espaços urbanos livres, por grupos sociais interessados que deverão ter apoio técnico e organizacional, principalmente em parceria com associações de bairros e movimentos sociais, para implantar e apoiar as hortas comunitárias;

- Atuar junto ao Governo Federal para a operacionalização, continuidade e ampliação do Programa de Aquisição Alimentos para agricultores familiares, indígenas e pescadores artesanais, assim como do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Atuar junto ao governo estadual para ampliar e aperfeiçoar o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social para aquisição de alimentos de agricultores familiares, indígenas e pescadores artesanais para atender a instituições estaduais como presídios, hospitais, escolas e universidades;
- Implementar as normativas que favorecem pequenos empreendimentos para processamento de produtos alimentares, incluindo o pescado proveniente da pesca artesanal e os produtos da agricultura familiar, fomentando a agregação de valor e o reconhecimento do valor social e cultural dessas produções;
- Apoiar as ações que integram segurança alimentar e economia solidária, como: promoção de feiras de produtos agroecológicos, estímulo à organização de grupos de compra e criação e integração de bancos de alimentos com associações de produtores e de entidades de comercialização varejista;
- Apoiar a criação ou manutenção dos serviços de extensão rural como processo, ou seja, com fundamentação em metodologias construtivistas de assessoramento técnico e organizacional ao agricultor familiar rural, urbano e periurbano, com valorização da produção de orgânicos e agroecologia e para acesso às políticas públicas voltadas a agricultura familiar;
- Promover a inclusão da economia solidária como tema a ser abordado no ensino da rede pública municipal.
- Incentivar a criação de cursos de extensão universitária voltados para a formação em economia solidária;
- Atuar para que o CONDESB e a AGEM assumam o Turismo de Base Comunitária como política regional com a construção de uma rede e com visibilidade por meio de um portal na internet.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Santos é uma cidade rica, mas desigual. O Município ostenta altos índices de desenvolvimento urbano e econômico, ao mesmo tempo em que uma parte significativa da população precisa conviver com mazelas sociais, como falta de moradia, demora de atendimento de saúde, desemprego e baixos salários. Chama a atenção como uma cidade com orçamento atual de R\$ 4,8 bilhões, e expectativa de R\$ 5,2 bilhões no próximo ano, os recursos para programas sociais figurem entre os menores do Executivo. Há uma clara valorização de áreas mais nobres e servidas de infraestrutura, em detrimento de locais de menor desenvolvimento. Isso precisa mudar, pois tudo o que acontece em Santos privilegia os grandes grupos econômicos sem espaço para conquistas da classe trabalhadora.

O resultado de uma política de concentração de renda é o empobrecimento de grande parte dos moradores, resultando, inclusive, na expulsão velada de muitos para outras cidades, especialmente por conta de aluguéis e preço dos imóveis mais favoráveis. No entanto, isso rompe laços de afetividade com o território e, em muitos casos, provoca uma massa de deslocamentos diários.

A Santos formada pela maioria das pessoas não pode ser minoritária nas prioridades. Assim como defende o presidente Lula, é preciso incluir os mais pobres no orçamento e oferecer mais qualidade de vida e acesso para a dignidade, olhar para as necessidades da classe média, prevalecer uma relação saudável entre o capital e o trabalho e oferecer condições para que empresas dos mais variados portes possam gerar empregos e, por consequência, renda e riqueza. Planejar a cidade para que o empreendedorismo seja, de fato, emancipador e não uma forma de renda emergencial e precarizada sob a forma de serviços prestados a grupos mantenedores de aplicativos de conglomerados estrangeiros que terceirizam mão de obra para lucrarem. E o Município não pode mais chancelar e absorver os efeitos de reformas nefastas, como a Trabalhista e a da Previdência, que só enfraqueceram o poder dos mais pobres.

Santos não pode ser uma ilha de riquezas, ou alguns bolsões de alto poder aquisitivo, cercado por pobreza e miséria, pois essa realidade não se sustenta e atrai os problemas causados pela má distribuição de renda. Por isso, Telma, enquanto vereadora, obteve a aprovação do projeto – tornado lei - que cria o Fundo Municipal contra a Desigualdade Social.

Por tudo isso, quando se pensa em planejamento econômico para Santos é necessário considerar os desafios para tornar a sua riqueza em qualidade de vida para todos. Não basta apenas vislumbrar o Porto como um espaço de negócios e trabalho, é preciso agregar valor, criar novas opções de investimento como a Zona de Processamento de Exportação (ZPE). É preciso identificar as formas para que ele gere mais oportunidades e, mesmo com a utilização de tecnologias, ampliar os postos de trabalho. Afinal, vem daí os recursos que serão reaplicados na economia local.

Na Santos do futuro, que planejamos, tem espaço para todos. Deve-se otimizar a implantação de novos empreendimentos como forma de dinamizar e aquecer a economia. Grandes projetos geram empregos.

O setor da construção civil será um forte vetor desse novo ciclo desenvolvimento. Serão implementadas parcerias para a utilização de áreas degradadas, com débitos com o Município, para a criação de complexos habitacionais de interesse social, especialmente na região central, possibilitando que, ao mesmo tempo, se construa os projetos de interesse do setor econômico. A necessidade de novos serviços públicos também exigirá uma relação com as empresas do setor.

O comércio também precisa ser dinamizado e receber impulso público. O suporte do Município vai possibilitar que haja qualificação e novos negócios surjam. Ao mesmo tempo, a rede de serviços, inclusive de bares, restaurantes e hotéis, ganhará apoio, para que atue mais e, por consequência, contrate mais. O Turismo de negócios, cultural e de lazer são parte deste planejamento.

Mas uma das grandes apostas vem da área tecnológica. A Coligação acredita que é possível atrair investimentos, inclusive internacionais, para que Santos se torne um grande centro de startups, desenvolvimento de games e negócios da cadeia de Tecnologia da Informação e do mundo digital. A expectativa é articular com universidades de renome no mundo para que orientem os processos de criação, inclusive uma nova visão sobre a Fundação Parque Tecnológico.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE:**

- Implementar o Fundo Municipal de Combate à Desigualdade de Santos;
- Inserir a Prefeitura no debate de gestão e planejamento do Porto para garantir a logística necessária a sua modernização e a sua expansão, permitindo a criação de novos postos de trabalho;

- Conectar a discussão do Plano Diretor do município com o Plano de Desenvolvimento e Expansão (PDZ) do Porto;
- Apoiar a expansão sustentável do porto e de seu retroporto, garantindo mecanismos legais e de planejamento para a atração de investimentos;
- Atrair empresas das áreas portuária e de logística, escritórios de comércio exterior e outras atividades correlatas através de incentivos fiscais, com redução da alíquota de ISS;
- Liderar a mobilização junto ao Governo Federal para a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que aumentará o valor agregado das exportações do Porto de Santos;
- Aprimorar a logística de movimentação de cargas na Baixada Santista e entre esta e o planalto, em consórcio com o governo do Estado e demais municípios da região metropolitana;
- Levantar as necessidades junto às empresas ligadas ao setor de petróleo e gás, especialmente a Petrobras, para preparar as empresas locais para o fornecimento de insumos, ampliando os efeitos indiretos na economia local;
- Apoiar as empresas existentes e atrair novas empresas de setores estratégicos de alta tecnologia, não-poluentes e da cadeia produtiva de petróleo e gás, estabelecendo política fiscal diferenciada, com redução da alíquota do ISS;
- Instalar usina de biodigestão de lixo orgânico para geração de eletricidade por meio da queima de biogás, destinada prioritariamente à iluminação das vias e prédios públicos;
- Liderar a criação do Consórcio Industrial Metropolitano;
- Promover a nova industrialização de Santos a partir das áreas retroportuárias ociosas, mediante incentivo ao estabelecimento de montadoras de pequeno porte de componentes importados e indústrias de transformação de produtos importados em bens de consumo regional;

- Estabelecer política de incentivo e fomento à atividade pesqueira, inclusive à industrialização de derivados, provendo, entre outros aspectos, infraestrutura à atividade, apoio à comercialização e incentivo ao consumo;
- Apresentar ao mercado as potencialidades da cidade como polo tecnológico;
- Estimular o empreendedorismo na economia criativa (serviços oriundos da cultura, moda, design, música, artesanato, tecnologia e inovação, etc.), dinamizando a atividade econômica e possibilitando com que a mão de obra qualificada formada em Santos permaneça aqui gerando emprego e renda;
- Capacitar a população de baixa renda e abrir uma linha de crédito para que possam atender os turistas com serviços diversos: transporte, gastronomia e outros;
- Incentivar a abertura de empresas com prestação de assessoria técnica, em parceria com o Sebrae e as universidades, e agilizando o alvará de funcionamento, com prazo máximo de 5 dias;
- Cadastrar e orientar os interessados em abrir seu próprio negócio com apoio de programas federais para o financiamento de novos empreendimentos ou a ampliação de negócios;
- Estimular e promover a criação e a organização de cooperativas de consumo e crédito, como também de pequenos empreendimentos sociais;
- Implantar pátios fabris, dotados de infraestrutura de produção e para a comercialização de bens produzidos por microempresas;
- Aumentar o limite de crédito para pequenos empreendimentos, por meio da implantação de Banco do Povo municipal, em parceria com o programa estadual;
- Criar incubadoras sociais para organizações do terceiro setor e empresas de auto-gestão, buscando a profissionalização e a sustentabilidade dessas atividades;
- Concluir a remodelação do Mercado Municipal e requerer a instalação de unidade do Ceagesp na região metropolitana;
- Fortalecer o turismo de negócio em Santos, por meio de parcerias com agências públicas e a iniciativa privada, atraindo grandes eventos para a cidade;

- Capacitar Santos a se constituir em base receptiva para o turismo regional;
- Desenvolver o turismo de pesca esportiva e mergulho na laje de Santos, com estrutura de comércio para suporte aos barcos turísticos e ao batismo de mergulhadores;
- Fomentar o turismo aquaviário ecológico na Serra dos Macacos e no canal que margeia a orla continental de Santos, assegurando a preservação ambiental e cultural das comunidades e a segurança dos passageiros e guias;
- Ampliar o percurso dos bondes, permitindo chegar até avenidas próximas à orla;
- Modernizar o Aquário (2º atrativo mais visitado do Estado) e reforçar parcerias com universidades para a recuperação da vida marinha e estudos biológicos e veterinários;
- Incentivar a recuperação, preservação e destinação cultural do patrimônio histórico santista, mediante cessão onerosa que preserve as características de imóveis tombados;
- Instituição de um programa de Microcrédito, visando atingir, pelo menos 1 mil microempresas, para a retomada da economia no pós-pandemia;
- Facilitar o acesso a crédito e capacitação para PCDs empreendedores;
- Propor lei de incentivo fiscal específica para a cidade de Santos, oferecendo incentivos fiscais para empresas que invistam em projetos sociais;
- Implementar um programa de certificação para essas empresas, destacando-as como parceiras da comunidade, promovendo sua imagem positiva e acompanhando o impacto da transformação das ações;
- Oferecer incentivos fiscais e apoio técnico para proprietários que decidam revitalizar e utilizar suas propriedades para finalidades sociais, culturais ou educacionais.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

FINANÇAS E GESTÃO

Santos detém um orçamento na casa dos R\$ 5 bilhões. Ao mesmo tempo, a folha de pagamento compromete apenas R\$ 1,5 bilhão desse total, conforme resultado consolidado do ano passado pela Secretaria de Finanças. E essa quantia está bem abaixo do limite prudencial, além das obrigações (os percentuais mínimos de aplicação na Saúde e na Educação). E os investimentos nas áreas sociais não chegam, juntos, a R\$ 2 bilhões. Ou seja, Santos ainda possui capacidade de investimentos para oferecer mais e melhores serviços à população que mais precisa.

Há necessidade de uma auditoria, mas estima-se que seja possível aplicar cerca de R\$ 430 milhões anualmente em novos projetos e programas, sendo $\frac{3}{4}$ de recursos próprios e o restante oriundos do Governo do Estado e da União. E a Coligação acredita ainda que há potencial de ampliação das fontes de receita, sem aumentar impostos, mas melhorando processos, rotinas e fiscalização dos serviços.

A reorganização dos serviços, a intersetorialidade e um modelo mais participativo, com controle social, serão as metas para aprimorar o gerenciamento de recursos. Prevê-se a reforma administrativa, revisão contratual e programas para equacionamento de dívidas e racionalização do uso dos recursos, especialmente nas autarquias e fundações,

como a CAPEP e CET, que anualmente sempre precisam de recursos extraordinários para fechar a conta das suas atividades.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para FINANÇAS E GESTÃO:

- **Instituir o Conselho da Cidade, reunindo todos os segmentos de desenvolvimento econômico e social, além de universidades, sindicatos e associações;**
- **Realizar as reformas administrativa e tributária do Município, com foco na redução de alíquotas e na ampliação da fiscalização;**
- **Reservar recursos para reajuste e correção das perdas salariais do Funcionalismo;**
- **Reorganizar serviços e secretarias sem aumentar cargos e despesas administrativas, com correção de atribuição, por exemplo com a criação das secretarias de Habitação, Garantia de Direitos, de Cidadania e Direitos Humanos e de Desenvolvimento;**
- **Ampliar a arrecadação do ISS a partir da atração de novos negócios e serviços;**
- Fortalecimento do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária, melhorando o ambiente de negócios para a iniciativa privada e aumentando a arrecadação tributária municipal, com inventivo à autorregularização;
- Fortalecer a fiscalização de tributos;
- Acelerar a emissão de alvarás e licenças;
- Aumentar a fiscalização de receitas do ICMS;
- Aprimorar a execução de contratações e compras;
- Aumentar o percentual de economia nas licitações, atualmente em apenas 28%
- Implantar Plano de Ação para o Sistema Integrado de Execução Orçamentária;

- Ampliar o recadastramento mobiliário do Município;
- Promover um programa de refinanciamentos de dívida, com escalonamento anual;
- Desburocratização, principalmente no sentido da redução do tempo de abertura de empresa, por meio de protocolo digital, formulários padronizados e eliminação de redundâncias de informação, bem como proposição de convênio com a JUCESP, para celeridade na análise documental;
- Portal Único de Serviços: Criação de uma plataforma única de serviços onde cidadãos e empreendedores poderão usufruir dos serviços da prefeitura no formato digital, com fácil acesso por meio de todos os dispositivos eletrônicos, o que além de agilizar os processos, será capaz gerenciar cadastramento, disponibilização de vagas em escolas, creches e hospitais, dentre outros, e o aprimoramentos de respostas e soluções;
- Desonerar gradativamente o setor de serviços, com redução das alíquotas de ISS, beneficiando as atuais empresas e atraindo novos investimentos;
- Auditoria para equacionamento das dívidas das autarquias e a retomada de contratação de serviços pela própria Prefeitura, como da Prodesan, possibilidade novas receitas para a empresa;
- Modernização do Código de Posturas para racionalizar a fiscalização e possibilitar melhores critérios sobre a arrecadação;
- Revisão de megacontratos, como os do Lixo e do Transporte Público;
- Auditoria sobre os contratos de aluguéis de imóveis para secretarias da Prefeitura;
- Promover a inclusão de PCDs, transversalmente, em conselhos e comitês de decisão;
- Criar e promover cultura organizacional inclusiva na administração municipal pública assegurando o ingresso, a permanência e o desenvolvimento das cotas nas carreiras de pessoas com deficiência, na diversidade étnica e racial por meio da implantação e consolidação de comissões permanentes de inclusão e acessibilidade.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

BEM-ESTAR ANIMAL

Os pets fazem parte do dia a dia das famílias santistas. E são seres que precisam ter seus direitos garantidos pelos humanos, tutores que têm deveres e, claro, o prazer de conviver com os animais. Ao longo dos últimos anos, Santos experimentou um grande avanço no arcabouço legal de proteção animal. O que não reflete necessariamente na garantia de serviços.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para BEM-ESTAR ANIMAL:

- Instituir o Código de Proteção e Bem-estar Animal de Santos, consolidando as leis e normas existentes;
- Otimizar a oferta e a logística da vacinação para animais;
- Garantir incentivo fiscal para a Guarda Solidária e Responsável;
- Consolidação do Hospital Veterinário;
- Implantar as PoliPets, policlínicas com serviços de promoção da saúde animal e serviços veterinários de menor complexidade, como atendimento ambulatorial, saúde bucal, cuidados oculares, entre outros. Pelo menos uma em cada região da Cidade;

- **Ampliar as praças de lazer para pets, utilizando espaços ociosos dos bairros;**
- **Promover espaços para canis e gatis nos abrigos municipais voltados à população em situação de rua;**
- Ampliar o serviço do Castramóvel;
- Ampliar a disponibilidade de microchips;
- Incluir o tema Bem-Estar Animal como tema transversal da Educação;
- Formar multiplicadores (Agente Mirim de Proteção Animal) no âmbito da educação informal e capacitação dos educadores da rede pública para a difusão da política de proteção aos animais;
- Elaborar e implantar projetos e campanhas de educação ambiental sobre bem-estar animal e guarda responsável de animais, em todos os níveis do processo educativo, em caráter formal e não formal;
- Criar uma cartilha de atividades lúdicas que auxilie responsáveis a trabalhar sentimentos de respeito e cuidado aos animais, além de orientar a população sobre como e onde denunciar crimes de maus tratos aos animais;
- Criar o “Sistema de Atendimento a Animais em Situação de Risco” para os animais errantes do município (atropelados, doentes, em situação de perigo iminente, presos em locais de difícil acesso, em trabalho de parto sem assistência, e outras situações) em trabalho conjunto com associações e entidades de proteção animal, bem como, outras organizações governamentais e não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe;
- Estruturar a vigilância e fiscalização ambiental, por intermédio do grupamento ambiental da Guarda Civil Municipal;
- Criar o programa municipal de capacitação de tutores independentes e temporários;
- Realizar, periodicamente, eventos voltados a promover a proteção, segurança e bem-estar animal, como: seminários, palestras, feiras/espços de adoção, dentre outros que possam vir a ser criados;

- Capacitar educadores ambientais, agentes de saúde comunitária, do contingente da Guarda Municipal Ambiental, dos agentes municipais de fiscalização e saúde para a difusão da política de proteção aos animais e para atuação no âmbito de suas competências;
- Desenvolver uma estrutura para atender e gerenciar as atividades de monitoramento, proteção e controle ambiental voltados aos animais;
- Promover eventos e ações culturais voltados ao tema da proteção e Bem-Estar dos animais;
- Implementar atividades de monitoramento de zoonoses, agravos e situações de risco à saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Controle de Zoonoses;
- Elaborar e desenvolver projetos de investigação em parceria com instituições de ensino, pesquisa e de proteção aos animais, para a busca de alternativas ao controle populacional da fauna doméstica na Cidade, inclusive aviária alienígena, entre outras;
- Criar o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) para executar a triagem e atendimento dos casos de resgate, com a aplicação de verba oriunda do pagamento de multas, termo de ajustamento de conduta (TACs) e outros de origem ambiental do governo Estadual e/ou Federal, para manutenção do espaço, ficando a cargo da Codevida, a responsabilidade pela educação ambiental e conservação dos animais, e assim reduzindo os riscos pela aproximação de animais de vida livre com os animais do plantel da Coordenadoria;
- Intensificar a fiscalização ambiental de ocorrências registradas neste Município, a fim de garantir a proteção e bem-estar dos animais;
- Criar e regulamentar o Grupamento Ambiental da Guarda Municipal, tendo como atribuições ação fiscalizadora e expedição de autos administrativos no desempenho da atividade de polícia administrativa, em especial, os serviços de proteção ambiental.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

METROPOLIZAÇÃO

Os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista precisam pensar soluções conjuntas para atender melhor aos seus moradores. Essa condição deve acontecer em todas as áreas, mas com maior impacto em setores como Saúde, Segurança, Assistência Social, Transporte e Mobilidade Urbana e de Cargas. E, como cidade-polo da Região, Santos deve liderar esse processo.

Não é raro um cidadão morar em Santos, trabalhar em Cubatão, ir ao comércio em São Vicente e, ao final do dia, ainda visitar familiares em Guarujá. Esse exemplo poderia ser utilizado para qualquer outra cidade da região. Mas o principal é que o mesmo indivíduo circula e utiliza os serviços públicos metropolitanos e municipais.

O novo Estatuto da MetrÓpole faz dispor de novas ferramentas para as cidades tratarem seus problemas interdependentes, que se somam à intervenção estadual e da União. A Baixada Santista conta com a sua Agência Metropolitana (AGEM), Órgão do Governo do Estado para organizar, planejar e executar funções públicas de interesse comum dos municípios, além do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (CONDESB), de decisões políticas, que reúne os prefeitos da Região. Cabe aos dois Órgãos discutir, definir e executar as políticas metropolitanas de integração.

Nessa linha, cada município deve cuidar da sua casa, mas se relacionar bem com os vizinhos, para que a convivência dessa comunidade seja harmônica. Na gestão pública da RMBS, o objetivo tem que ser a integração do desenvolvimento econômico, com suas atividades portuária, industrial, petrolífera, turística, entre outros, com os interesses sociais, como geração de energia, produção de conhecimento, habitação, saúde e destinação de resíduos, entre outras.

Santos e Baixada Santista podem ganhar em eficiência, redução de custos e melhorar as condições para a população.

A seguir, propostas da Coligação *A Santos que a gente quer* para METROPOLIZAÇÃO:

- Liderar os esforços metropolitanos por mais verbas estaduais e federais para a Saúde;
- Integrar, em nível municipal e metropolitano, o planejamento e as ações de segurança pública dos componentes estatais responsáveis: Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Portuária, Guarda Civil Municipal de Santos, Defesa Civil, Bombeiros e SAMU;
- Articular com o Governo do Estado a ampliação da malha de transporte público e privado, encurtando caminhos e tempo de deslocamento e baratear o custo da mobilidade urbana;
- Instituir na Cidade e articular na Região Metropolitana a gratuidade dos transportes, iniciando-se pelos estudantes e idosos a partir de 60 anos;
- Exigir celeridade na execução das obras do VLT e defender a expansão do traçado para a Zona Noroeste, bairros centrais da Orla e Área Continental;
- Garantir que a construção do túnel Santos-Guarujá não terá desapropriações no lado santista;

- Fomentar regionalmente agricultura familiar e a Economia Solidária, inclusive incentivando a formação de cooperativas de produtores e prestadores de serviços;
- Liderar a criação do Consórcio Industrial Metropolitano;
- Empreender gestões junto ao governo federal pela implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), em consórcio com os municípios da Região Metropolitana;
- Requerer a instalação de unidade do Ceagesp na Baixada Santista;
- Buscar novos fundos e recursos financeiros para projetos, estudos e ações da AGEM;
- Estabelecer consórcios, entre outros, nas áreas de saúde, habitação, transporte e coleta e destinação de resíduos sólidos;
- Articular políticas metropolitanas de desenvolvimento regional que contemplem, entre outros, a indústria, a extração mineral e o turismo;
- Apoiar a participação popular no Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (CONDESB);
- Buscar a integração das políticas urbanas de uso e ocupação do solo, de Habitação, de Mobilidade e de Meio Ambiente em nível metropolitano como o Zoneamento Ecológico e Econômico e os Planos de Bacia Hidrográfica, assim como com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e o Plano Mestre do Porto;
- Inventariar, em ação de cooperação com os demais municípios da Região Metropolitana, Estado e União, a realização de um inventário de gases de efeito estufa;
- Manter gestão junto aos demais oito municípios da RMBS para planejar e desenvolver ações em conjunto para organizar o sistema metropolitano de saúde;
- Construir uma política solidária e ativa de cooperação e coordenação de saúde entre os municípios da Região Metropolitana, visando obter maior efetividade nas políticas e ações da área da saúde e suas interfaces com o transporte, segurança dos munícipes, trabalho, mobilidade urbano e otimização do uso dos recursos financeiros para melhor funcionamento do SUS na Região;

- Reestruturar a COHAB de modo que esta tenha como objetivo principal o planejamento urbano, de fato em uma companhia pública de planejamento e execução de projetos habitacionais, integrados à realidade da região metropolitana da Baixada Santista, projetos esses de moradias populares sustentáveis econômica e ambientalmente, favoreçam a convivência comunitária;
- Cumprir a atuação da COHAB Santista (pertencente a Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão) na produção de moradias populares, obtendo recursos de outros municípios para a execução;
- Aproximar das comunidades vulneráveis arquitetos engajados (e/ou estudantes de arquiteturas), para que soluções sejam pensadas e executadas de forma conjunta (Programa Arquitetura e Urbanismo Popular);
- Ampliar a malha cicloviária, inclusive em articulação com os demais municípios da Baixada Santista, e instalar ciclocentros de apoio;
- Liderar o processo de aprimoramento da logística de movimentação de cargas na Baixada Santista e entre esta e o Planalto, em consórcio com o Governo do Estado e demais municípios da Região Metropolitana;
- Negociar com o Governo Lula a celeridade das autorizações do Aeroporto de Guarujá, na Base Aérea de Santos, em parceria com os demais municípios da Região, para ampliar a multimodalidade regional.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano de Governo da Coligação *A Santos que a gente quer – Telma de Souza Prefeita e dr. Márcio Aurélio Vice-Prefeito* foi formulado a partir das contribuições de todos os que participaram das discussões e encaminhados pelos Coordenadores do Grupos de Trabalho e, também, por contribuições de diversas pessoas que se juntaram à iniciativa.

Agradecemos a todos que participaram do processo, pois acreditamos que a Santos que a gente quer é construída com participação popular, diversidade, solidariedade e pluralidade.

Santos, agosto de 2024

SÉRGIO MARTINS

Coordenação de Programa de Governo.

A **SANTOS** QUE A **GENTE QUER** NO **FUTURO**

ANEXO

I. DADOS GERAIS DA CIDADE DE SANTOS (Censo 2022)

- a) População: 418.608
- b) Densidade demográfica: 1.489,53 hab./km²
- c) IDHM: 0,840
- d) Orçamento realizado: R\$ 4.328.935.144;
- e) Orçamento 2024: R\$ 4.834.177.000
- f) Orçamento previsto: R\$ 5,2 bilhões
- g) Percentual de Receitas Externas (FPM/ICMS): 40,5%
- h) Renda Per Capta: R\$ 55.508,46

➤ QUADRO COMPARATIVO DE CIDADES/SP

CIDADE	POPULAÇÃO	ORÇAMENTO (R\$)
SÃO PAULO	11.451.999	93,2 bilhões
CAMPINAS	1.139.047	8,3 bilhões
GUARULHOS	1.291.771	6,35 bilhões
S. BERNARDO	810.729	6,04 bilhões
SANTOS	418.608	4,8 bilhões
S. JOSÉ DOS CAMPOS	697.054	4,3 bilhões

Através desse quadro, observamos que a relação ORÇAMENTO/POPULAÇÃO, é extremamente favorável, á Santos. Nos coloca a possibilidade de atendimento às demandas, desde que analisemos o Orçamento, a ser aprovado, no final de 2024, e analisemos possíveis remanejamentos.

II. DADOS GERAIS DA CIDADE DE SANTOS (IBGE)

- a) População Ocupada: 225.283 pessoas (53,82% da população)
- b) Renda Média 3,0 salários-mínimos
- c) Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo [2010]: 27,7%

III. DADOS GERAIS DA CIDADE DE SANTOS – SAÚDE/EDUCAÇÃO (IBGE)

➤ SAÚDE

- i. Mortalidade Infantil: **7,99** óbitos por mil nascidos vivos
- ii. Internações por diarreia pelo SUS
- iii. Esgotamento Sanitário: 95,1%
- iv. Tuberculose: Centro (177,4/100 mil hab.) Zona Noroeste (251,3/100 mil hab.) – Boletim Epidemiológico 2023 – Secretaria da Saúde/Santos

➤ EDUCAÇÃO

- i. Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade 98,2 %
- ii. IDEB 2021 Fundamental I: 5,9
- iii. IDEB 2021 Fundamental II: 5,2
- iv. Matrículas Fundamental (2023): 44.435 alunos
- v. Matrículas Ensino Médio: (2023):17.987 alunos

IV. A cidade de Santos, a partir de todos os dados econômicos, estruturais e sociais, podemos dizer que é “uma cidade desenvolvida”! Mas a afirmação não é absoluta, existe uma parte considerável da cidade, que não tem acesso a esse desenvolvimento:

- a) Mais de 1/3 da cidade vive em bairros com precárias ou nenhuma infraestrutura urbana (Zona Noroeste, Morros e Cortiços do Centro), com drenagem precária, insuficiência alimentar, espaços culturais e de lazer insuficientes entre outros indicadores. Um quadro grave, e que não pode continuar, fruto de 28 anos de políticas excludentes!
- b) Ao lado do maior Porto da América Latina, um dos maiores do mundo, convivemos com uma grande franja de favelas;
- c) Ao mesmo tempo em que mais de 65% das pessoas possuem Plano de Saúde, e mesmo a estrutura do SUS ter atendimento satisfatório em parte da cidade,

- convivemos com graves índices de cobertura, espelhados pelo alto índice de tuberculose em algumas áreas, principalmente na Zona Noroeste e Cortiços;
- d) Apesar da economia ter uma pujança, representada pelas atividades portuárias, que possibilita salários médios e altos, parte da cidade, sobrevive com baixos salários, ou renda extremamente baixa, refletida inclusive pelo número expressivo de moradores de rua, situação sem enfrentamento pelas autoridades;
 - e) Com a estrutura orçamentária atual, Orçamento em 2024 de 4,8 bilhões de reais, e previsão para 2025 de mais de 5 bilhões, não é possível não enfrentar os problemas sociais que se apresentam;
 - f) O desafio é construir um Programa, que principalmente enfrente a desigualdade, que dialogue com o conjunto da cidade, sobre a necessidade do enfrentamento dessa questão, uma só cidade realmente para todos!
 - g) Um Programa de esquerda, é o enfrentamento dessa desigualdade, embora não possamos esquecer outras necessidades, que afetam a todos, como a questão da mobilidade urbana, transporte de qualidade e acessível a todos e todas;
 - h) Não ignorar as demandas da população que envelhece, no sentido de ter acesso à equipamentos públicos, saúde, lazer, cultura e convivência;

Telma

A **SANTOS** QUE A
GENTE QUER NO
FUTURO

 @telmadesouza1

 www.asantosqueeuquero.com.br

 www.telmadesouza.com.br

 13 99198-2876